

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – **UNEAL**
CAMPUS III PALMEIRA DOS ÍNDIOS
CURSO DE HISTÓRIA

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

É INDO QUE SE VOLTA:
A família Ricardo e a formação da Fazenda Canto
(1872 a 1952)

PALMEIRA DOS ÍNDIOS
2017

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

É INDO QUE SE VOLTA:

A família Ricardo e a formação da Fazenda Canto
(1872 a 1952)

Monografia apresentada ao Curso de História da
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL
Campus III Palmeira dos Índios, para a obtenção
do grau de Licenciado em História. Orientador:
Professor Me. José Adelson Lopes Peixoto.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS
2017

ADAUTO SANTOS DA ROCHA

É INDO QUE SE VOLTA:

A família Ricardo e a formação da Fazenda Canto
(1872 a 1952)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. José Adelson Lopes Peixoto - Orientador
Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL

Profa. Esp. Francisca Maria Neta
Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL

Profa. Esp. Deisiane da Silva Bezerra
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Palmeira dos Índios, AL _____ de _____ 2017

A meu pai, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradecer, antes de mais nada, nos remete a reconhecimento; são tantas as pessoas que nos acompanham na nossa jornada diária, no nosso cotidiano, que nem sempre percebemos a importância de cada uma delas em nossas vidas. Neste sentido, agradecer também é externar um sentimento de construtivismo, um sentimento de coletividade. Dentre a grande quantidade de personagens que caminham conosco, algumas personalidades merecem lugar de destaque na construção do nosso eu.

Quero então, agradecer a algumas pessoas que de uma forma ou de outra me auxiliaram na construção deste trabalho, me possibilitando ter uma profissão, fazendo com que esta monografia se torne uma espécie de chave para o futuro.

Agradeço de forma substancial a Deus; sua permissão fez com que eu terminasse essa jornada acadêmica, sem Ele, nada seria possível.

Agradeço de forma especial ao casal que me deu a vida e que me acompanha desde o início, quer seja o início da vida, quer seja desde o começo da formação acadêmica: o meu pai (Manoel Correia) e a minha mãe (Antonia Neves). Dois agricultores que começaram a trabalhar desde jovens para assumir os encargos de casa; embora não tenham formação acadêmica, fazem o que podem para que eu e a minha irmã tenhamos as oportunidades que eles não tiveram e que aproveitemos ao máximo. Agradeço a minha irmã Amanda Rocha pela sinceridade e simplicidade.

Agradeço a minha namorada Míriam Lima pela reciprocidade e pelas ajudas incondicionais. O seu apoio e incentivo foram fundamentais para me fazer ter outras visões acerca do conhecimento histórico, ao tempo em que presenteávamos um ao outro com livros, dos quais, boa parte encontra-se como referência na produção deste trabalho.

De modo muito especial, agradeço ao meu pai acadêmico, o professor Adelson, foi ele quem esteve sempre à disposição nas horas em que precisei, mesmo nos momentos de erro, ele soube me mostrar que sempre há razões para recomeçar e vencer. Suas orientações e seus conselhos forneceram bases para criarmos uma amizade que não dá para descrever em mil páginas, uma amizade que levarei para a posteridade.

Agradeço a todos os que fazem o curso de história da UNEAL Campus III, em especial aos professores Luziano Pereira, Francisca Maria Neta, Marcelo Góes, Roberto Calábria, Kléber Bezerra e Cristiano César, e ao ex. professor José Marcelo. Os momentos de discussão em sala e os ensinamentos de todos vocês ficarão guardados no relicário da minha memória. Aos colegas da turma de história/2014, os meus sinceros agradecimentos.

Aos três principais amigos que o curso de história da UNEAL me deu: Cássio Júnio, Luan Moraes e Pedro Samyr. Pessoas simples que não mediram esforços em me ajudar a construir este trabalho. A finalização desta monografia só se deu por que recebi o convite de pesquisar a aldeia Fazenda Canto por meio do índio Cássio Júnio, que me mostrou uma riqueza de detalhes que não foram vistos por outros pesquisadores. As observações do Luan foram de suma importância para que eu chegasse ao objeto desta pesquisa, neste sentido, nossas conversas me fizeram ver os povos indígenas do interior de Alagoas como verdadeiros guerreiros. Já o Pedro me ajudou muito emprestando livros que utilizei neste trabalho e me cativou com uma amizade pura e instigante que levarei para o resto da vida.

Agradeço ainda ao GPHI/AL, os momentos de discussão foram marcantes para forjar o meu pensamento acerca da produção historiográfica indígena no Nordeste, sobretudo na cidade de Palmeira dos Índios. Aos que estiveram comigo na biblioteca setorial do Campus III, sobretudo a bibliotecária Elisangela Carvalho e os estagiários/companheiros Jackeline Barbosa, Davi Torres, Wilma Rodrigues e Rodrigo Melo, amizades importantes que cultivei enquanto era bolsista naquele espaço de comunhão do saber.

Ao povo Xukuru-Kariri, verdadeiros guerreiros. Em nenhuma das inúmeras visitas que fiz às aldeias de Palmeira dos Índios, sobretudo à Fazenda Canto, (por ser o *locus* desta pesquisa) fui mal recebido, pelo contrário, as entrevistas concedidas pelos anciãos da aldeia me fizeram perceber que não há formação acadêmica que supere a sabedoria dos mais velhos; as visitas à aldeia tornaram-se verdadeiros encontros com amigos.

À família Ricardo que com grande entusiasmo conseguiu manter-se aldeada, mesmo em meio a tantas adversidades impostas pela sociedade envolvente e pelo Estado. Aos amigos Florival Lopes (o Floro) e Juliana Lemos, pelos conselhos e por me tirarem de vários problemas, sou imensamente grato.

Agradeço ainda a Adriano Araújo (Aninho), um amigo que me acompanha desde antes do ingresso na universidade, que me aconselhou e incentivou a tirar todas as pedras do meio do caminho, os momentos de trabalho lado a lado no Mercado Ideal Compras deixaram essa frondosa amizade.

Por fim, sou imensamente grato a todos os que me ajudaram na construção deste trabalho, a todos os que não me deixaram desanimar, mesmo na caminhada de seis quilômetros em estrada de chão batido que eu fiz de inverno a verão durante os quatro anos em que estive no curso de história da UNEAL, ou nas quinze horas diárias em que estive fora de casa durante o período de formação acadêmica, das quais, oito horas eram passadas na Universidade.

A história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas.

(HALBWACHS, 2003)

LISTA DE SIGLAS

CASAL – Companhia de Saneamento de Alagoas.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

SPI – Serviço de Proteção aos Índios.

RESUMO

Os processos de migração permeiam a história dos índios Xukuru-Kariri, habitantes do município de Palmeira dos Índios – AL. Neste sentido, esta monografia apresenta uma série de estudos levantados em torno de duas grandes migrações indígenas protagonizadas por esse referido povo, uma delas remete ao ano de 1872, data que marca a efetivação da Lei de Terras de 1850 em Alagoas, a partir do evento conhecido como a extinção dos aldeamentos a nível estadual e o ano de 1952 como o marco do retorno Xukuru-Kariri aos territórios palmeirenses por meio da aquisição de uma faixa de terras denominada de aldeia Fazenda Canto. Para a realização do trabalho descrevemos a trajetória de uma família que vivenciou os dois processos estudados, desse modo, não foi feito o trabalho de um memorialista e sim um estudo micro-histórico para entendermos a relação entre os índios e o órgão indigenista SPI, trazendo à baila as dificuldades vivenciadas e o processo de tutelamento por parte dos indígenas. Enveredamos metodologicamente pela pesquisa de campo com observação participante e realização de entrevistas a idosos e lideranças e suporte teórico nos seguintes autores: Peixoto (2013), Silva Júnior (2013), Antunes (1973), Silva (2008), Alberti (2004, 2005), Ginzburg (1989), entre outros estudiosos que se debruçam sobre o fazer histórico e sobre a importância da micro – história como forma de evidenciar protagonismos silenciados ou esquecidos pelas pesquisas históricas mais globais.

Palavras-chaves: Assimilação. Dificuldades. Dispersão. Retorno. Tutelamento.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
CAPÍTULO I: BREVE HISTÓRICO SOBRE OS XUKURU-KARIRI, PALMEIRA DOS ÍNDIOS E A FAZENDA CANTO.....	16
1.1 O contexto dos aldeados: a formação da etnia Xukuru-Kariri.....	19
1.2 Perdendo o chão: a extinção dos aldeamentos em Alagoas e o esbulho de Terras Xukuru-Kariri.....	21
1.3 Metodologia da pesquisa de campo.....	24
CAPÍTULO II: “SAINDO DOS SEUS ACONCHEGO”: a expulsão de Palmeira dos Índios pós 1872.....	27
2.1 “O fascínio do vivido”: relatos da família Ricardo acerca da antiga Canudos.....	29
2.2 “Onde nós tiver parente nós vai buscar”: a compra da Fazenda Canto e realdeamento.....	35
CAPÍTULO III: “AÍ A GENTE VEIO DE LÁ PRA CÁ, NOSSA HISTÓRIA É ASSIM”: Do realdeamento à gestão de necessidades territoriais.....	38
3.1 Aldeando-se na Fazenda Canto: o caso dos Ricardo.....	40
3.2 Aldeados na Fazenda Canto: dificuldades à vista.....	44
3.3 O surgimento de necessidades territoriais.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	53

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O povo Xukuru-Kariri originou-se da união de outros dois povos, os Xukuru, provenientes da Serra do Ororubá, município de Pesqueira – Pernambuco e os Kariri, oriundos do chamado *baixo São Francisco*, onde se localiza a cidade de Porto Real do Colégio. Os motivos que fizeram os dois grupos chegarem a Palmeira dos Índios são claros, os Xukuru vieram em virtude da seca na região de origem e os Kariri temendo as ações das entradas na área que habitavam.

A partir do momento de fixação os Xukuru-Kariri travaram uma grande luta que se arrasta até os dias atuais, a disputa pela posse de seus territórios. A região ocupada por eles em épocas de chegada foi o ponto alto das serras palmeirenses, em uma tentativa de manter uma visão panorâmica que facilitasse identificar invasores e ataques vindos da cidade.

Atualmente a situação de estabelecimento na região gera uma rixa que se acentua com os morosos processos de demarcação territorial ensejados pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Neste sentido, o ponto de tensão entre as populações indígenas de Palmeira dos Índios e os latifundiários da região gira em torno da posse dos territórios legitimamente indígenas. De um lado os posseiros enxergam a terra como fonte de lucro e de extensão agropecuária, do outro temos os índios, autênticos proprietários das terras em questão, que as enxergam como manancial da vida.

A monografia parte de um recorte temporal que contempla duas datas significativas para entendermos os esbulhos territoriais Xukuru-Kariri e os processos de reivindicação e retomadas territoriais da referida área. A primeira delas, o ano de 1872 marca um episódio em Alagoas que ficou conhecido como *a extinção dos aldeamentos*, esse termo surgiu a partir da efetivação da Lei de Terras de 1850 no Estado. Como a efetivação da lei se dava de forma particular em cada província, em Alagoas foi efetivada 22 anos depois de criada, onde os territórios indígenas foram considerados como sendo terras devolutas e apossados pelo Estado, partindo da premissa de que os indígenas não estavam usando-os de forma adequada.

As ondas de devastação da lei alcançam as aldeias de Palmeira dos Índios e os Xukuru-Kariri foram obrigados a deixar as terras que habitavam e passaram a viver de forma dispersa pelos centros da cidade e dos territórios vizinhos, neste

caso, a lei acentuou um período notadamente caótico entre as famílias indígenas palmeirenses.

As populações expulsas começaram a buscar outras formas de angariar recursos distando das que realizavam dentro das aldeias. Uma das maneiras mais usadas para a subsistência em épocas de desaldeamento foi o trabalho de aluguel, um verdadeiro gerador de ambiguidades. Os fazendeiros que exploravam os indígenas cediam um pequeno espaço para o plantio e vagas para trabalharem dentro de suas propriedades por salários irrisórios, quando não soltavam o gado dentro das áreas cedidas antes mesmo da colheita, como uma forma de manter o índio em um regime de trabalho compulsório.

A segunda data, o ano de 1952, marcou uma chama de esperança para algumas famílias desaldeadas. Foi neste ano que o índio Alfredo Celestino e o Serviço de Proteção aos Índios, juntamente com o Monsenhor Alfredo Dâmaso e amparados com o dinheiro de índios paranaenses adquiriam uma propriedade para assentar algumas famílias dispersas em decorrência da Lei de Terras de 1850.

Uma aquisição que gerou inúmeras controvérsias em seu bojo, começando com a escolha da área a ser adquirida, ou seja, os recantos das terras do então político local, o senhor Juca Sampaio e terminar no imbróglio do repasse dos territórios pois, dos 372 ha adquiridos somente 276 foram repassados aos indígenas, o que culminou em necessidades territoriais e na retomada de algumas áreas ocupadas por grileiros da região.

Depois de adquirida a área que constituiu a aldeia Fazenda Canto, o índio Alfredo Celestino, líder do grupo, convidou treze famílias dispersas para retornar e fundar à localidade, um convite que gerou algumas controvérsias que serão explicadas no desenrolar da nossa narrativa historiográfica, a fim de deixar claras as questões que a história oficial não coloca.

Escolhemos abordar todos esses pontos seguindo um método historiográfico conhecido mundialmente como micro-história, partindo dos pressupostos do historiador italiano Carlo Ginzburg para entendermos as relações sociais entre os indígenas, o Estado e os grileiros, a fim de produzirmos uma historiografia que se atenha aos pontos negligenciáveis pela história oficial, neste caso, nosso estudo é a família Ricardo, como um trabalho que parte do micro ao macro, que explica os acontecimentos históricos a partir de casos específicos.

Para a produção deste trabalho foi necessário consultar boa parte da bibliografia produzida sobre os Xukuru-Kariri e os índios do Brasil em um sentido geral, para entender os diferentes contextos que envolvem as populações indígenas e as lutas pela posse de seus territórios. Por conseguinte, foram realizadas várias visitas a aldeia Fazenda Canto, o que culminou na produção de inúmeras entrevistas com integrantes da família estudada para entender sua relação com a aldeia, já que se encontra ali desde a fundação da localidade.

Ao todo foram entrevistadas dez pessoas, rendendo horas de transcrição até chegar na constituição desta monografia, o que nos deu um bom trabalho, por estarmos, a partir da pesquisa de campo e da etnografia, constituindo as fontes que nos auxiliam no nosso fazer historiográfico.

Em virtude da baixa escolaridade de boa parte dos entrevistados, as transcrições aparecem com alguns erros de grafia, o que é normal quando estamos tratando da produção de entrevistas, optamos por deixar os textos transcritos da mesma forma que foram passados pelos entrevistados, a fim de dar voz aos silenciados e excluídos pela história total, então, constituímos esse trabalho em três capítulos que serão apresentados logo a diante.

No primeiro capítulo fazemos uma abordagem em torno de um breve histórico sobre os Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios e a aldeia Fazenda Canto com o intuito de deixar claro o local da pesquisa e a etnia que foi pesquisada, desmistificando alguns conceitos pejorativos utilizados para caracterizar os povos indígenas, sobretudo os do Nordeste, tratamos também da efetivação da Lei de Terras de 1850 em Alagoas e seus impactos em Palmeira dos Índios no ano de 1872, bem como a metodologia empreendida para a realização desta monografia.

O capítulo dois trata-se da expulsão indígena de Palmeira dos Índios no ano de 1872, trazendo à baila os relatos da família estudada a antiga Vila de Canudos (atual cidade de Belém - AL), que serviu de refúgio em épocas de dispersão, embora os indígenas fornecessem uma mão de obra barata aos latifundiários da região. O capítulo segue tratando dos trâmites que culminaram na aquisição da aldeia Fazenda Canto em 1952, o que acentuou um clima de esperança para os desaldeados.

Já o capítulo três, trata da chegada da família Ricardo a recém adquirida aldeia, elencando uma série de problemas enfrentados em épocas de estabelecimento na região, o texto segue dando ênfase ao processo de aldeamento

das famílias, evidenciando o caso da família estudada. Por fim, elucidamos a gestão de necessidades territoriais a partir do crescimento demográfico na localidade.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO SOBRE OS XUKURU-KARIRI, PALMEIRA DOS ÍNDIOS E A FAZENDA CANTO

Cidade situada na região Agreste do Estado de Alagoas, Palmeira dos Índios localiza-se à 135 km de Maceió, capital do Estado. É originária de missão indígena, estabelecida em 1835 e emancipada politicamente em 1889. Erguida no sopé das serras do Goití, Candará e Boa Vista é Conhecida popularmente como princesa do sertão, por ser porta de acesso a essa região geográfica do Estado.

Embora o próprio nome da cidade carregue o termo *índios*, fato que afirma a presença indígena em seu território, a elite nega a existência das diversas aldeias que a circundam. As rádios veiculam informações que os colocam como seres míticos e lendários, que habitaram a antiga vila de Palmeira dos Índios entre os séculos XVIII e XIX e que desapareceram com o passar do tempo em virtude dos processos de desapropriação de seus territórios.

Além das rádios, outros meios de comunicação negam a presença indígena na cidade. O chamado discurso oficial coloca os indígenas numa posição de seres do passado para tentar a cada dia tornar invisível sua presença nas terras palmeirenses. Além de serem os formadores da cidade, os Xukuru-Kariri são os verdadeiros proprietários dos territórios municipais.

Nos dias atuais, a prefeitura de Palmeira dos Índios substituiu o site¹ municipal por um novo. Nesse meio de comunicação oficial o município veicula² informações que negam a presença indígena em seus territórios, como uma forma de inibir as ações indígenas em torno de conquistar as terras que são suas por direito, contribuindo para o fortalecimento do movimento³ dos fazendeiros que negam tal existência.

Distante do discurso oficial de inexistência indígena no município, atualmente a etnia forma dez⁴ aldeias nos entornos da cidade – a última retomada territorial

¹ Fonte: http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/Nossa_Cidade (acesso em 15/06/2016).

² Fonte: <http://www.palmeiradosindios.al.io.org.br/historia> (acesso em 26/06/2017).

³ “Movimento Palmeira de todos.” Ver (SANTOS, 2016).

⁴ Além das aldeias Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios existe um aldeamento em Quixabá, na Bahia e outro em Caldas, Minas Gerais, formados a partir de conflitos internos.

ocorrida em 2016 resultou na constituição da aldeia Jarra, que ocupa uma parte da antiga Fazenda Jarra - , dessas dez aldeias, nove são reconhecidas⁵ e uma delas, auto-denominada de Xukuru Palmeira não é reconhecida pelos seus pares, segundo (PEIXOTO, 2013), a organização desse novo aldeamento se deu em 2008, quando índios desaldeados da cidade uniram-se em virtude da não aceitação dos mesmos nas outras aldeias.

Como esse último grupo não foi reconhecido pelos seus iguais, vive em terrenos comprados e retomados e que são palcos de reivindicações sociais por parte dos aldeados, sabendo que os processos de retomada territorial são marcantes no cotidiano dos índios de Palmeira dos Índios. Geralmente fixados no entorno da cidade, o povo Xukuru-Kariri sempre foi protagonista de sua história, negados e silenciados pela historiografia e pela sociedade envolvente, não deixaram de reivindicar a permanência de seu povo nas terras que outrora foram plenamente suas e que desde sua fixação é de interesse de grileiros municipais.

Como esta pesquisa acadêmica não oferece suporte para pesquisarmos todas as aldeias existentes no município, seguiremos o ofício do historiador, que é selecionar os fatos para a constituição da tessitura histórica. Dessa maneira, trataremos com mais afinco de dois⁶ processos de migração envolvendo o povo Xukuru-Kariri e o protagonismo da família Ricardo⁷ para a constituição do que hoje se conhece como aldeia Fazenda Canto, trazendo à baila a “microfísica do poder” (FOUCAULT, 2017) que apresenta a disputa de poder como algo que gera dissidências, como o que se percebe nos discursos que envolvem os Xukuru-Kariri e os grileiros municipais.

Antes de tratarmos dos conflitos territoriais envolvendo a família Ricardo, falaremos um pouco da aldeia Fazenda Canto, lócus desta pesquisa, que está

⁵ As nove aldeias reconhecidas no município de Palmeira dos Índios são: Riacho Fundo, Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Amaro, Serra da Capela, Coité, Fazenda Jarra e Boqueirão.

⁶ Os dois processos trabalhados serão a Lei de Terras de 1850 em Alagoas e seu respaldo em Palmeira dos Índios no ano de 1872, data que marca sua efetivação no estado, e o ano de 1952, quando é adquirida uma propriedade em Palmeira dos Índios para reassentar algumas famílias dispersas desde a expulsão de seus territórios em 1872.

⁷ A família Ricardo sofreu processo de expropriação territorial em 1872 e foi uma das treze famílias convidadas a formar a recém adquirida aldeia Fazenda Canto, em 1952, vivenciando dessa maneira, um grande histórico de lutas em torno de seus territórios tradicionais.

localizada a aproximadamente sete quilômetros do centro da cidade de Palmeira dos Índios. É um espaço cercado por propriedades da elite palmeirense, fato que acirra ainda hoje a cobiça de posseiros pelos seus territórios. O acesso à aldeia é feito por uma estrada de chão batido, que no inverno torna-se completamente esburacada e lisa, embora seu acesso não seja totalmente atingido. Em pesquisas de campo⁸ foi possível perceber que as casas do aldeamento, em sua maioria, foram construídas de alvenaria e algumas casas de taipa⁹, apesar das proibições¹⁰ de órgãos como vigilância sanitária e secretaria da saúde.

A aldeia é cercada por serras de onde brotam várias nascentes que proporcionam o abastecimento de água, embora a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL ofereça subsídios no fornecimento hídrico na localidade. A Fazenda Canto tem uma escola que está localizada no centro da aldeia, chamada de Escola Pajé Miguel Celestino. Dispõe também de um posto de saúde, uma casa de farinha, um campo de futebol e demais espaços necessários para o convívio social dentro da localidade.

Dentre suas formas de subsistência, a agricultura mostra-se mais eficaz. O cultivo dentro da aldeia varia desde tubérculos como a batata-doce, o inhame, e a macaxeira; frutas, como banana, manga e laranja; até uma variedade de verduras e legumes, fato que explica a venda desses produtos para a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

Embora a aldeia seja terreno de cultivo e sustento de várias famílias, sua história está ligada a cobiça de posseiros que entendem terra como fonte de lucro.

⁸ As pesquisas de campo na Fazenda Canto aconteceram desde o mês de novembro de 2015 até o mês de janeiro de 2017. Onde pudemos, através da metodologia da história oral (ALBERTI, 2004 e ALBERTI, 2005) colher os relatos de dez integrantes da Família Ricardo, com uma faixa etária que variou entre 40 (quarenta) e 70 (setenta anos). Inclusive o cacique da aldeia, o senhor Antônio Ricardo foi um dos entrevistados. Além do colhimento de entrevistas e a convite de um aldeado (Cássio Junio), dormimos por algumas vezes dentro da aldeia, o que nos motivou a conhecer o cotidiano dos aldeados.

⁹ Segundo o dicionário online de português é “parede de construções rústicas, feita de barro (a que se misturam às vezes areia e cal) comprimido numa estrutura entretecida de varas ou taquaras; pau-a-pique: casa de taipa”, que, ao serem entrelaçadas compõem o corpo de uma casa.

Disponível em: <https://www.dicio.com.br/taipa/> (Acesso em 03/04/2017).

¹⁰ As proibições acerca de suas edificações se dão pelo menos por dois motivos: a fragilidade de suas paredes, já que a liga do barro com varas é extremamente frágil, e a proliferação do barbeiro, inseto responsável por transmitir a doença de chagas.

Desde os idos de 1952 que os Xukuru-Kariri fazem reivindicações para manterem-se aldeados na Fazenda Canto e a família Ricardo é protagonista de todo o histórico de resistência contra os grileiros municipais, que perpassa, municipalmente, a extinção dos aldeamentos em Alagoas no ano de 1872¹¹.

1.1 O contexto dos aldeados: a formação da etnia Xukuru-Kariri

Ao discutir o contexto em que vivem os aldeados, tecemos algumas considerações em torno do lugar da pesquisa, bem como dos principais conceitos que nos darão suporte para a sustentação desta monografia. Inicialmente partiremos de um breve histórico acerca da memória oficial de Palmeira dos Índios, para em seguida versar sobre a formação da etnia Xukuru-Kariri.

Embora a memória oficial¹² do município de Palmeira dos Índios tenha personagens ilustres como o escritor e ex-prefeito Graciliano Ramos, o ator Jofre Soares, o documentarista¹³ Luiz B. Torres e o promotor de justiça Ivan Barros, tem soterrado, por anos, as memórias dos formadores do espaço palmeirense, os índios Xukuru-Kariri, como uma forma de usurpar o direito à terra que lhes é assegurado constitucionalmente.

O povo Xukuru-Kariri tem suas origens em outros dois grupos indígenas do Nordeste. Os Xukuru, oriundos da Serra de Ororubá, hoje pertencente ao município de Pesqueira¹⁴- PE, que chegaram às terras da atual Palmeira dos Índios fugidos da seca e os Kariri, povo proveniente do *baixo São Francisco*, (Porto Real do Colégio-AL), vindos para alojar-se temendo as ações das entradas e bandeiras na região. Segundo o historiador e antropólogo (PEIXOTO, 2013), com o passar do tempo, os dois grupos indígenas uniram-se, alegando serem originários de um mesmo tronco e formaram a etnia Xukuru-Kariri.

¹¹ Ver (SILVA JÚNIOR, 2013).

¹² Ver (POLLAK, 1989).

¹³ Embora não tenha formação acadêmica, Luiz B. Torres é conhecido por ter escrito parte da produção do conhecimento histórico de Palmeira dos Índios, bem como de ter ajudado a fundar o Museu Xukurus de história, arte e costume, e de constituir um vasto acervo iconográfico e documental, do qual, uma parte está sob a guarda do NEPEF (Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos) da UNEAL.

¹⁴ Em tempos de retirada, o nome do local de saída era chamado de vila de Cimbres.

Para Silva (2009) o processo de ocupação dos territórios palmeirenses pelos índios se deu, além da fuga da seca em Pesqueira e temendo as entradas em Porto Real do Colégio, pela saída da escravização promovida pelos europeus. Com o processo de desbravamento, os indígenas firmaram permanência “na região serrana palmeirense” (SILVA, 2009, p.15).

Desde sua fixação aos dias atuais, os Xukuru-Kariri sofrem para efetivar a posse de suas terras. A historiografia local¹⁵ coloca-os como seres míticos e folclóricos que habitaram o antigo vale que originou Palmeira dos Índios, e que desapareceram com o passar do tempo pelos processos de miscigenação e pela perda das características ‘próprias’ dos ‘verdadeiros índios’, como a língua nativa, o hábito de andarem despidos e a selvageria descrita pelos cronistas e viajantes que estiveram no Brasil em épocas de colonização.

A população que vive nos entornos dos nove aldeamentos nega-os, partindo da premissa biológica de mistura racial e da perda das ‘características indígenas’. O nome da etnia é usado comercialmente para alcunhar espaços como: postos de gasolina, moto-clubes, farmácias, um museu, dentre outros. Embora sejam protagonistas de sua história, os Xukuru-Kariri sempre conviveram com conflitos e consternações com a sociedade envolvente e com os processos de ressignificação cultural e identitária.

Para que possamos entender os conflitos existentes entre os Xukuru-Kariri e a sociedade envolvente é necessário evidenciar conceitos que nos darão suporte na construção desta monografia, neste sentido, este trabalho parte dos conceitos de “pormenores”, “dados marginais” e “micro-história” (GINZBURG, 1989) para entendermos a forma como os índios são tratados na historiografia clássica e como pretende-se realizar uma nova escrita da história.

A “emergência étnica” (SILVA, 2007) é fato primordial para percebermos o protagonismo indígena desde tempos imemoriais, tanto para a cidade de Palmeira dos Índios quanto para o estado de Alagoas. O discurso da sociedade envolvente, dos posseiros e do Estado sempre atribuiu aos índios o conceito de misturados (OLIVEIRA, 1998) para inibir a legitimidade de reivindicações por seus direitos, classificando-os como meros *remanescentes*.

¹⁵ Ver (ANTUNES, 1973) e (BARROS, 2011).

Distante dos rótulos criados pelos posseiros, a memória coletiva de um povo (HALBWACHS, 2003) é importante para a sua união e fortalecimento frente as represálias do Estado que procura desestruturá-lo de todas as formas, dessa maneira, tem-se os velhos como guardiões do passado, pois as lembranças ajudam na reconstrução do fato, não em sua totalidade, mas buscando, a priori, sua essência.

A partir das lembranças dos mais velhos podemos então colocar em prática nosso processo de reescrita da história Xukuru-Kariri, entendendo “a função do não dito” (POLLAK, 1989), como uma estratégia Xukuru-Kariri para salvaguardarem sua cultura e sua ancestralidade, temendo as ações dos posseiros nos dois processos de migração estudados.

1.2 Perdendo o chão¹⁶: a extinção dos aldeamentos em Alagoas e o esbulho de terras Xukuru-Kariri.

O esbulho das terras indígenas começou muito cedo, desde o processo de colonização. O século XVI é um marco da expropriação territorial indígena e do genocídio com os nativos brasileiros. Rotulados genericamente pelo termo índios (MELLATI, 1993), os primeiros habitantes das américas e inclusive do Brasil viram suas culturas serem arrasadas e sucumbidas pela busca incessante dos europeus pelos metais preciosos, madeira e por outras matérias-primas tão desejadas no comércio europeu.

Os primeiros séculos do processo de colonização do Brasil foram decisivos para que os europeus, em especial os portugueses, conseguissem privar os índios brasileiros do acesso às terras que eram suas por direito. A perda material e a ressignificação imaterial de sua cultura, ameaçada e invadida por um processo colonizador, provocou caos e genocídio em suas populações.

No século XVII, as expedições de desbravamento territorial, conhecidas popularmente por entradas fizeram com que os indígenas, inclusive os do Nordeste, fossem migrando da região de origem e adentrando em outras regiões, estrategicamente ocupavam o ponto alto das serras, tanto pelo difícil acesso por

¹⁶ Termo utilizado como subtítulo pelo historiador Aldemir Barros da Silva Júnior em um fragmento do capítulo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia para qualificação no curso de Mestrado em 2006.

parte dos desconhecidos, quanto pela visualização panorâmica. É o caso dos Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios que, instalaram-se no alto das serras do Goiti, Candará e Boa Vista para se proteger dos portugueses que os perseguiram por vários motivos, dentre eles o genocídio e o aprisionamento para mão-de-obra ocupavam destaque.

Como as reivindicações por terra tornaram-se marcantes nas pautas da burguesia brasileira, o governo imperial brasileiro, na figura do imperador D. Pedro II, baixou uma lei que previa regulamentar a situação agrária nacional: a chamada Lei de terras de 1850¹⁷. É notório salientar que as leis criadas em território nacional para regulamentação agrária até 1850 não tiravam os benefícios de uma elite oligárquica que usava das terras como meio de captação de recursos em detrimento das classes sociais menos favorecidas; com a criação desta lei não iria ser diferente.

Para Silva Júnior (2013), embora a Lei de terras de 1850 tenha sido criada nesse ano, cada província teve autonomia em relação a sua efetivação. O que nos leva a inferir que, embora fosse uma lei de cunho nacional, os interessados pela sua efetivação eram os coronéis de cada região, movidos por seus históricos ideais de cobiça por terra.

Em Alagoas, a Lei de Terras de 1850 foi efetivada apenas em 1872, vinte e dois anos depois de sua criação, tornando-se conhecida no Estado como *a extinção dos aldeamentos*, segundo (ALMEIDA, 1999), importante acontecimento para entendermos o quanto as populações indígenas eram assoladas pelo fenômeno da exploração de suas terras, dessa maneira a onda de expulsão atingiu as famílias Xukuru-Kariri.

O ano de 1872 marcou o período sob o qual os Xukuru-Kariri pagaram com a perda de suas terras o preço da cobiça dos posseiros da região. Como seus domínios foram considerados *terras devolutas*¹⁸, Silva Júnior (2013) endossa que foram loteadas e vendidas a terceiros, fato que inicia o processo de expulsão das famílias tradicionais indígenas de Palmeira dos Índios.

¹⁷Também conhecida como *Terras devolutas*, essa lei previa devolução das terras em desconformidade com suas cláusulas, podendo ser usadas somente com aquisição, não mais como doações em forma de sesmarias. É a LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm (Acesso em 21 de março de 2017).

¹⁸ “Na maioria dos casos, as terras indígenas foram consideradas devolutas, sendo loteadas e transferidas através de título de compra a terceiros”. (SILVA JÚNIOR, 2013, p.35)

Nesse contexto, as famílias Xukuru-Kariri que estavam fixadas nos territórios palmeirenses foram expulsas de seus domínios (que agora estavam sob as mãos dos posseiros) e começaram a perambular pelo Estado a procura de sobrevivência. Neste caso, a família Ricardo, objeto desta pesquisa, também foi obrigada a sair das terras palmeirenses e se aventurar pelo Estado de Alagoas, fixando-se¹⁹ em uma região desfavorável para a produção agrícola e sofrendo por problemas territoriais, em virtude dos processos de assimilação difundidos pelo Estado.

Como o processo de extinção dos aldeamentos se deu de forma particular em cada província, “a partir desta extinção, há uma alteração na forma como se apresenta a relação índio e Estado” (SILVA JÚNIOR, 2013, p.34). Pois, a tentativa do Estado estava em tornar legislável a assimilação dos índios à sociedade nacional, em virtude da expropriação territorial e não assistirem aos indígenas legalmente, fato que em termos micro históricos se assemelham ao caso de Palmeira dos Índios.

Diante do contexto histórico em que estavam submetidos, os Xukuru-Kariri começaram a usar a invisibilidade como refúgio perante as práticas repressoras do Estado e dos fazendeiros. Na maioria das vezes não demonstravam seu pertencimento a um grupo étnico. Os adereços e as pinturas corporais aos poucos foram sendo substituídos pela roupa numa tentativa de sair da faixa de repressão que já havia lhes tirado o direito à terra.

Embora estivessem desaldeados, alguns grupos dos Xukuru-Kariri continuaram se afirmando enquanto pertencentes a um povo, para eles, o pertencimento étnico junto a identidade eram, em suma, seus maiores artifícios de resistência. Apesar de outros grupos acabarem se perdendo “no curso da história, diante do interesse econômico nas áreas em que habitavam.” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 39).

Dessa maneira, evidenciaremos como o Estado se apropriou da legislação vigente à época para tentar inibir a presença indígena em Alagoas, com o intuito de usurpar o direito ao uso de suas terras. Portanto, a família Ricardo será um caso micro-histórico que nos permitirá entender como a Lei de Terras de 1850 foi efetivada em Palmeira dos Índios e qual o seu respaldo dentre os aldeados.

¹⁹ Se estabeleceram em um povoado chamado de Passagem do Vigário que a época pertencia a Vila de Canudos (atual cidade de Belém-AL).

1.3 Metodologia da pesquisa de campo

Metodologicamente enveredamos pela pesquisa de campo, ‘criada’ por (MALINOWSKI, 1978), quando pesquisou as relações sociais entre os nativos das ilhas Melanésias, sobretudo as Trobriand, analisando as trocas do chamado ritual do kula e sua interação nos costumes daquele povo, permitindo, desta maneira, a percepção da importância de se fazer pesquisa etnográfica, ao tempo em que a pesquisa bibliográfica por si só se torna uma espécie de repetir o que já foi dito por outros, uma lente que não transparece os conflitos sociais cotidianos entre os nativos. A pesquisa de Malinowski ampara, além de antropólogos, os mais variados pesquisadores e cientistas sociais que pensam no trabalho de campo como um exercício da produção do conhecimento, e, através dele podem mesclá-lo com várias teorias que dão suporte para a produção epistemológica.

Embora saibamos que a produção historiográfica clássica sempre esteve ligada ao documento físico e o positivismo de Auguste Comte nos reforça essa tese, procuramos subsídios na pesquisa de campo para, constantemente produzirmos os documentos que serão utilizados na historiografia, estabelecendo desta maneira uma relação social em torno da produção documental.

Para a produção dos documentos partimos de três conceitos criados pelo antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, os quais nos permitem perceber como se dá a invenção do documento etnográfico, são eles o “*olhar, o ouvir e o escrever*” (OLIVEIRA, 2000). Segundo o autor, esses três conceitos são fundamentais para que o pesquisador perceba a importância de não formular questões para a pesquisa de campo, sabendo que determinadas interações sociais acontecem diferentemente opondo-se então ao método estático das questões formuladas.

Nas duas primeiras etapas, ou seja, no *olhar* e no *ouvir*, selecionamos e condensamos a pesquisa, no caso desta monografia, evidenciaremos dois processos de migração territorial Xukuru-Kariri, dando ênfase ao protagonismo da família Ricardo em ambos os caminhos percorridos, desde o contexto da expulsão até a época de realdeamento, elencando hipóteses e fomentando a discussão no desfecho histórico do período compreendido entre 1872 e 1952.

A terceira etapa (*o escrever*) descrita por Roberto Cardoso de Oliveira é aquilo que ele chama de parte *cabal*, onde o pesquisador vai dar os ajustes finais na produção do conhecimento histórico, no cruzamento das fontes. Embora as três

etapas de produção etnográfica descritas funcionem como uma simbiose, a terceira parte assume importante papel, na medida em que os resultados da pesquisa finalmente deixarão de ser apenas esboços, entrevistas, croquis, e passarão a ser produção histórica escrita.

Seguindo então os pressupostos de Cardoso (2000), a pesquisa que resultou nesta monografia consistiu em analisar dois processos de migração territorial indígena no interior de Alagoas, sempre mesclando a produção científica sobre os processos migratórios estudados e as pesquisas de campo. De um lado vê-se os latifundiários, detentores do poder, natos pertencentes das oligarquias, usurpadores imemoriais das terras indígenas. De outro lado, vemos os indígenas tradicionais, verdadeiros donos das terras palmeirenses, embora sofram desde o século XVIII pela posse de seus territórios.

Apesar de os processos de espoliação territorial acontecerem há muito tempo, esta pesquisa se situa em duas datas por serem os dois maiores processos de migração sofridos pelos índios de Palmeira dos Índios desde a primeira formação do aldeamento Xukuru-Kariri.

O primeiro processo (ocorrido em 1872) nos faz perceber como o Estado utilizou a Legislação Federal para anular a posse das terras palmeirenses de pertencimento dos indígenas, passando o domínio dos territórios aos grileiros municipais, movidos pela cobiça da pecuária extensiva, embora o aldeamento contasse com uma preservação natural das matas e das nascentes do aldeamento.

O segundo processo, datado pelo ano de 1952 marca a época do realdeamento Xukuru-Kariri. Neste evento histórico, treze famílias tradicionais que estavam dispersas pelos territórios do estado puderam voltar por meio de convite para as terras que outrora lhes pertencera, neste sentido, a família Ricardo foi uma das convidadas e a segunda a se instalar na recém adquirida aldeia Fazenda Canto, vivenciando todo o contexto político e passando por inúmeras necessidades para manterem-se aldeados no posto indígena Irineu dos Santos.

Dessa forma, a construção desta monografia levou em consideração, além do *olhar, o ouvir e escrever* (OLIVEIRA, 2000) alguns conceitos do historiador francês Peter Burke, cujos textos tornaram-se famosos depois que ele começou a difundir a ideia de uma produção histórica de “baixo para cima” (BURKE, 2012), que corresponde aos métodos da chamada micro-história do italiano Carlo Ginzburg.

Carlo Ginzburg defende que a história deve ser operada a partir do método de um estudioso das artes e de museus, o chamado método Morelliano. Para Morelli, a distinção entre uma verdadeira obra de arte e uma cópia não se dá unilateralmente pela análise de traços característicos presentes na face das personagens pintadas, para ele, analisar os pormenores é fundamental, haja vista que grande parte das cópias de obras famosas não se preocupam em copiar com perfeição as unhas, mãos e pés das obras originais.

Neste sentido, o método Morelliano se assemelhava ao método detetivesco de Sherlock Holmes, personagem criado por Arthur Conan Doyle que leva em consideração a solução de casos criminalísticos por meio de análises que variam desde pegadas na lama até o cair das cinzas de cigarro. Neste caso, Holmes também evidencia os pormenores, deixando claro que os detalhes negligenciáveis e imperceptíveis a muitas pessoas são o motor da resolução de seus casos.

Desta maneira, pretende-se perceber os pormenores nos conflitos existentes entre os grileiros, a sociedade envolvente, o poder público municipal e os índios Xukuru-Kariri, verdadeiros donos da terra, autênticos guerreiros. A família Ricardo é uma das protagonistas nos processos de resistência em torno da manutenção de seus territórios e de sua cultura imemorial, fato que justifica sua importância neste trabalho.

Podemos então afirmar que o historiador deve se apropriar de métodos detetivescos para a construção da historiografia, no sentido de selecionar os fatos, partindo das pistas, dos vestígios e resquícios deixados por outros homens, neste caso, partiremos de Palmeira dos Índios nos idos de 1872, para então chegar ao mesmo lugar de partida oitenta anos depois, discutindo o histórico de lutas travadas entre os Xukuru-Kariri e o Estado para manterem-se aldeados, nos embasaremos de uma micro-história: a família Ricardo e os processos de migração sofridos.

CAPÍTULO II

“SAINDO DOS SEUS ACONCHEGO”²⁰: a expulsão de Palmeira dos Índios pós 1872

“Bolando de rio abaixo que só pedra de enxurrada.”²¹, foram estas as palavras utilizadas²² pelo ex. cacique Alfredo Celestino para caracterizar a situação vivenciada pelos Xukuru-Kariri desde o processo de expulsão de suas terras tradicionais a partir de 1872²³. A extinção dos aldeamentos em Alagoas havia desestruturado grande parte das organizações indígenas em Palmeira dos Índios,

²⁰ Fragmento de entrevista concedida pelo índio Francisco Ricardo no dia cinco de maio de 2017 na Aldeia Fazenda Canto, interior da cidade de Palmeira dos Índios. Na ocasião, conversávamos a respeito do desaldeamento em 1872 e a fixação de sua família na antiga vila de Canudos (atual município de Belém-AL). O entrevistado nos contou em detalhes toda a resistência utilizada para enfrentar as adversidades e se manterem com uma identidade étnica, mesmo que para isso fosse necessário se silenciar, para eles, negar a identidade indígena era uma estratégia perante a opressão imposta pelo estado. A grafia obedece fielmente à fala do entrevistado.

²¹ Ver (ANTUNES, 1973).

²² O discurso do ex. cacique Alfredo Celestino foi utilizado em uma carta que ele enviou ao então Inspetor Geral do SPI, o Sr. José Maria de Gama Marchet, momentos depois da aquisição de uma faixa de terras para assentar os índios Xukuru-Kariri que se encontravam dispersos de seu território tradicional. O ex. pajé relata que recebeu a resposta do Inspetor quinze dias depois de enviar o informe, neste caso, o pedido foi aprovado e, um mês depois, encontrava-se em Palmeira dos Índios outro Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, o Dr. Iridiano, o padre de Bom Conselho, Alfredo Dâmaso, a esposa do Inspetor e um índio de Águas Belas, que juntamente a Alfredo Celestino, o redator da carta, começaram a fundar o posto indígena Irineu dos Santos. Com a fundação do Posto Indígena, foi necessário convidar algumas das famílias que estavam dispersas pelos territórios de Palmeira dos Índios e região, neste sentido, a família Ricardo foi a segunda a se instalar na recém adquirida aldeia, vivenciando todo o histórico de lutas travadas contra o estado e os grileiros para manterem-se aldeadas.

²³ É salutar destacar que o esbulho territorial Xukuru-Kariri, historicamente, acontece desde antes de 1872. Clóvis Antunes, em seu livro “Wakona-Kariri-Xukuru” chama atenção para a data de 1821 como uma data histórica de genocídio e espoliação territorial dos índios Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios, segundo ele “os descendentes dos primitivos fundadores do aldeamento que deu origem à cidade de Palmeira dos Índios, foram enxotados de suas terras, das terras ocupadas por eles desde que aí chegaram, ficando, depois, ao abandono, sem um palmo sequer, onde pudessem trabalhar, botar roça e daí, extraírem o seu sustento”. (ANTUNES, 1973, p. 57). Neste sentido, temos o ano de 1872 como uma data oficial do estado para descaracterizar suas aldeias indígenas e retaliar seus domínios entre as elites estaduais, embora saibamos que a cobiça pelas terras indígenas data muitos anos antes da extinção dos aldeamentos em Alagoas.

neste sentido, era comum ver índios tradicionais trabalhando de alugado nas fazendas da região.

Dessa maneira, evidenciamos a família Ricardo neste trabalho por ela ter vivenciado os problemas territoriais indígenas, tanto com a expulsão das terras do “aldeamento da Palmeira dos Índios” (ANTUNES, 1973, p. 29), como com a insuficiência territorial depois da aquisição da Aldeia Fazenda Canto nos idos de 1952, trazendo à baila o histórico de lutas e de resistência enfrentados pelos Xukuru-Kariri desde 1872. Tomando como exemplo as adversidades enfrentadas e relatadas pela família estudada. Cabe então trazer alguns questionamentos acerca da efetivação da chamada Lei de Terras em Alagoas e o que realmente estava por trás do pano de fundo de sua atuação em Palmeira dos Índios.

A chamada “extinção dos aldeamentos em alagoas”²⁴ se deu em virtude de interesses gestados pelas elites do Estado, “deve ser então reforçada a ideia de que a própria legislação pode ser entendida enquanto resultado de barganha política” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 49). Dessa maneira, era interessante para os latifundiários de cada região onde se configurava um aldeamento espoliar os índios, a fim de somar terras para os seus latifúndios e poder praticar a pecuária extensiva.

Como “a extinção dos aldeamentos aconteceu de forma particular em cada província” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 34), em Alagoas começou a vigorar por meio de decreto provincial, fato que alterou a relação existente entre os indígenas e o estado. Partindo da desculpa de assimilação indígena à massa da população, os fazendeiros junto aos políticos conseguiram efetivar a lei no Estado e sua onda de devastação alcançou Palmeira dos Índios.

Podemos perceber que, com muito saudosismo, a Câmara Municipal²⁵ de Palmeira dos Índios a época da extinção dos aldeamentos em Alagoas agradeceu as prerrogativas instituídas pela lei para a desassistência indígena e o início da espoliação territorial²⁶. Em atas que datam do dia 27 de abril de 1874, a Câmara

²⁴ Ver (ALMEIDA, 1999).

²⁵ Em (ANTUNES, 1973) podemos encontrar anexos de documentos antigos, dentre eles, as atas da Câmara Municipal de Palmeira dos Índios a época da extinção dos aldeamentos em Alagoas. Ao analisarmos o material, podemos perceber nitidamente as ações dos vereadores em usurpar o direito ao uso das terras por parte dos indígenas.

²⁶ A incorporação das terras indígenas ao patrimônio das câmaras municipais não aconteceu isoladamente em Palmeira dos Índios. O pesquisador Edson Silva evidencia o contexto dos

Municipal justificou não ter recebido doações de terras por parte do governo ou por concessão de sesmarias.

Com essa justificativa, a Câmara Municipal pediu ao governo a doação de uma faixa de terras (meia légua de terras) que pertencera a “extincta aldeia dos índios da Villa” (ANTUNES, 1973, p.53), alegando ser de suma importância para o desenvolvimento e a prosperidade da localidade. Pode-se então perceber que, neste caso, a Câmara de Vereadores composta em sua maioria pelos poderosos locais solicitava a doação das terras indígenas para uso próprio do Poder Legislativo Municipal.

Dessa forma, iniciou-se oficialmente em Palmeira dos Índios uma disputa territorial pelos domínios indígenas, uma rixa que se acentua até a atualidade, em virtude dos morosos processos de demarcação dos territórios tradicionais Xukuru-Kariri, onde a posse da maioria das terras indígenas ainda se encontra com os poderosos da região.

2.1 “O fascínio do vivido”²⁷: relatos da família Ricardo acerca da antiga Canudos

Uma vez instituída a extinção dos aldeamentos em Alagoas e suas prerrogativas em Palmeira dos Índios, acentuou-se um período de silenciamento oficial em relação as populações indígenas. Vale ressaltar que os meios de comunicação mais utilizados à época estavam sob o comando dos posseiros da região, o que estimulou a sociedade envolvente a pensar o índio da terra confundido com a massa da população.

Neste sentido, a espoliação territorial indígena em Palmeira dos Índios se deu de forma que, literalmente, pôs fim ao aldeamento, pondo então para fora de suas

Xukuru de Ororubá após a extinção dos aldeamentos em Cimbres (Pernambuco) em 1879. No caso dos Xukuru “Suas terras, quando não passaram para as mãos de terceiros, foram incorporadas aos patrimônios das câmaras municipais. No ato da medição e demarcação, a umas poucas famílias indígenas foram destinados pequenos lotes, outras famílias se dispersaram, ocorrendo uma terceira mistura, lembrada nos relatos das memórias orais indígenas.” (SILVA, 2008, p.77)

²⁷Termo utilizado pela historiadora Verena Alberti no Encontro Regional Nordeste de História Oral. ESPAÇO, MEMÓRIA E NARRATIVA: em busca dos diálogos possíveis. UFCG, Campina Grande, de 23 a 26 de setembro de 2003.

terras os índios. Desaldeados, restava-lhes apenas a perseverança e a sua imaterialidade como formas de se manterem com uma identidade étnica. Como o intuito do Estado era negar a presença indígena em Alagoas, o termo 'caboclo' foi muito disseminado como uma forma de inibição da propriedade de suas terras, como endossa (SILVA, 2008) ao tratar do desaldeamento dos Xukuru da Serra de Ororubá em Pernambuco

Os ex-aldeados índios Xukuru eram chamados de caboclos, tendo assim suas identidades negadas e, conseqüentemente, o direito as suas terras. Muitas famílias indígenas perseguidas e expulsas se dispersaram pela região, foram para as periferias das cidades e capitais. Algumas poucas resistiram em pequenas glebas de terras, os "sítios", na sua maioria em locais de difícil acesso. A grande maioria passou a trabalhar em suas próprias terras, tomadas pelos invasores. (SILVA, 2008, p.16)

Apesar do termo caboclo ter sido utilizado pelos fazendeiros como estratégia para o desaldeamento e tomada dos territórios indígenas, os próprios índios, na maioria das vezes adotavam a nomenclatura a eles imposta, pois, funcionava como uma "[...] condição muitas vezes assumida por eles para esconder a identidade indígena diante das inúmeras perseguições." (SILVA, 2008, p.29). Dessa maneira, a família Ricardo passou a ser chamada de cabocla e iniciou-se o processo de perambulação em Palmeira dos Índios.

O caminho percorrido por essa família a levou para a zona rural do atual município de Belém. O povoado encontrado para se assentar é conhecido como Passagem do Vigário, região seca, com longas estiagens e solo infértil, o que dificulta o plantio para a subsistência; a falta de recursos hídricos faz com que os moradores armazenem água em cisternas ou outros reservatórios.

Neste sentido, podemos então nos perguntar que motivos levaram a família a se estabelecer em um lugar tão difícil de sobreviver. Algumas das possíveis hipóteses foram levantadas pelos entrevistados durante as pesquisas de campo, onde percebemos "a função dos velhos como guardiões do passado" (HALBWACHS, 2003), recorremos então a história oral, pois

Uma das principais vantagens da história oral deriva justamente do fascínio do vivido. A experiência histórica do entrevistado torna o passado mais concreto, sendo, por isso, atraente na divulgação do conhecimento. Quando bem aproveitada, a história oral tem, pois, um elevado potencial de ensinamento do passado, porque fascina com a experiência do outro. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas. (ALBERTI, 2004, p.22)

Nessa perspectiva, o passado toma vida nas palavras do entrevistado, mesmo sabendo que as lembranças são fruto do esquecimento e que não podem ser rememoradas em sua totalidade. Segundo Verena Alberti, “a história oral pode ser utilizada como metodologia de pesquisa para a reconstituição de trajetórias de comunidades específicas, como as de bairro, as imigrantes, as camponesas [...]” (ALBERTI, 2004, p.25). Assim, o senhor Francisco Ricardo relatou²⁸ que o assentamento na Passagem do Vigário se deu em “terras aleias”, termo que ele utilizou para dizer que as propriedades do estabelecimento eram de terceiros.

Como eles não tinham recursos financeiros para adquirir uma propriedade para o seu estabelecimento, começaram a morar nos domínios dos fazendeiros da região de *Canudos*, um benefício concedido pelos latifundiários como barganha para o emprego dos recém estabelecidos em suas fazendas. Como endossa o senhor Francisco Ricardo²⁹

...lá a gente morava... em terras aleia. (...) é que nem aqui... também é terras aleia, mas aqui é mais diferente que aqui é (...) pertence ao governo federal... lá a gente vivia lá em terras mais diferente daqui, aí era sufoco viu?! Quando o ano era um ano bom, se tinha alguma coisa, mas quando o ano era... ruim só Deus é quem sabe o jeito.

Por terem morado em terras alheias, o sustento da família era proveniente, além dos pequenos plantios que faziam nas glebas de terra, do trabalho de aluguel dentro dos latifúndios; a senhora Josefa Flor nos descreveu³⁰ que as relações de

²⁸ Entrevista realizada na Aldeia Fazenda Canto, interior de Palmeira dos Índios, na residência do entrevistado, no dia 08 de maio de 2017.

²⁹ Entrevista realizada na Aldeia Fazenda Canto (Palmeira dos Índios), na residência do entrevistado, no dia 08 de maio de 2017.

³⁰ Entrevista realizada no Barro Vermelho (município de Belém), na residência da entrevistada no dia 11 de janeiro de 2016.

trabalho entre os Ricardo e os latifundiários chegaram a gerar laços de amizade e de compadrio. Graças a tais laços era comum que os fazendeiros se tornassem padrinhos das crianças e, nessa relação, passavam a pedir favores aos compadres, livrando algumas despesas com mão de obra e fortalecendo a ligação afetiva entre as partes.

Além do trabalho de aluguel³¹ a família estudada angariava recursos financeiros com a agricultura. Em entrevista³² o senhor Francisco Ricardo nos relatou que “quando o ano era um ano bom... dava pra vender”. Segundo ele, a agricultura auxiliava a subsistência da família de duas maneiras, fornecendo alimentos para o consumo e para a venda. Entretanto, a colheita era incerta e nos anos em que a produção era baixa prejudicava a venda dos bens cultivados e a alimentação da família como endossa o entrevistado: “(a gente) se alimentava com a agricultura, com os produto da agricultura e vendia, mas quando o ano era ruim, num dava nem mode se alimentar... vivia se arrastando.”

E as dificuldades não paravam, sofriam diariamente pressões e ameaças dos fazendeiros, que, inconformados com a produção de suas fazendas obrigavam os empregados a lhes doar grande parte da colheita pessoal em troca da estadia em seus territórios. Não pagavam um salário para os moradores, tudo fazia parte de uma via de mão dupla que partia da concessão de terras.

A falta de recursos financeiros obrigava os Ricardo a recorrer ao improvisado e aos materiais disponíveis na natureza para a construção de suas casas. Segundo Francisco Ricardo³³ a moradia era uma espécie de “taperinha de barro”. Nas entrevistas com a dona Josefa Flor, ela nos deu a informação de que as casas eram pequenas e frágeis, alegando não ter sobrado nenhum resquício das moradias em virtude da deterioração pela ação das intempéries. Cruzando os relatos dos dois entrevistados podemos concluir que ambos tratavam da mesma técnica de

³¹ O trabalho de aluguel foi uma saída encontrada por muitos indígenas do Nordeste para poderem sobreviver. Ainda sobre o caso dos Xukuru de Ororubá (Pernambuco), Edson Silva nos conta que “a opção para os índios sem terras era o chamado trabalho alugado. E também aumentava a pressão dos fazendeiros sobre aqueles que possuíam pequenos pedaços de terras, arrendando-as, comprando-as, tomando-as a força. O que provocou a dispersão de famílias indígenas.” (SILVA, 2008, p.122)

³² Entrevista realizada na Aldeia Fazenda Canto (Palmeira dos Índios), na residência do entrevistado, no dia 08 de maio de 2017.

³³ Idem.

construção das casas, que se conhece como taipa, utilizando apenas varas e barro na sua edificação e geralmente cobertas com palhas.

A memória coletiva dos Ricardo nos deu subsídios para analisar eventos históricos por meio de outra lente distante da tradicional, sempre evidenciando as dificuldades enfrentadas pela família estudada durante os processos de migração sofridos, para Maurice Halbwachs, as lembranças ajudam a reconstruir um fato histórico, tendo em vista que as testemunhas exercem um papel primordial na recordação dos acontecimentos, para ele

No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiveram mais freqüentemente em contato com ele. (HALBWACHS, 2003, p. 51)

Neste sentido, os relatos que foram utilizados até agora servem para reforçar que as memórias coletivas da família estudada resultam, antes de mais nada, do contato entre seus integrantes e outros grupos, dessa maneira, as memórias individuais funcionam como um uma simbiose com as memórias coletivas, tem-se então as memórias da família Ricardo acerca da expulsão de suas terras em 1872 não mais como um evento traumático e sim como uma marca de resistência frente as adversidades enfrentadas.

Dentre os inúmeros problemas, a falta de energia elétrica em épocas de estada na antiga Canudos também era um deles. Segundo a senhora Josefa Flor a solução encontrada para iluminar as casas era fazendo candeeiros, ela nos contou que a mamona era muito utilizada na extração de uma espécie de óleo que servia como combustível dentro dos candeeiros.

Para o cozimento dos alimentos utilizavam um fogão construído de barro que tinha a lenha seca como matéria-prima. As panelas eram feitas de um tipo de barro encontrado no leito do rio Lunga chamado de massapê, sua eficiência se dava por ser maleável e úmido. Para uma maior durabilidade, as peças produzidas eram queimadas em grandes fogueiras. A produção dentro das olarias ia além dos utensílios utilizados na cozinha, em relatos, os entrevistados nos contaram que

confeccionavam telhas de barro³⁴ e potes para o armazenamento de água e para serem trocados por outros objetos da comunidade com outros moradores.

Tendo em vista a infertilidade de seus solos, os Ricardo começaram a procurar atividades que os ajudassem a angariar recursos para a manutenção de suas famílias, tendo em vista que em épocas de seca, a colheita era então prejudicada, a saída foi encontrada no trabalho de aluguel. Inicialmente os mais velhos da comunidade começaram a se aventurar nesta nova forma de trabalho. Nos relatos da dona Josefa Flor³⁵ são evidenciados nomes dos maiores fazendeiros de Belém³⁶ à época. A entrevistada nos afirmou que o “finado Vicente Ferreira, meu cunhado trabalhou muito o finado Vicente Ferreira, ali no Caroá, finado Zé Ferreira, finado Catôta, ali no Caroá, meu cumpade trabaiava muito ali, o cumpade Zé Ricardo, Antonhe Ricardo trabalhava muito”.

Na fala da entrevistada podemos perceber que ela citou nomes de latifundiários belenenses que, à época, ofereceram trabalho aos indígenas da família Ricardo. Seria ingenuidade pensar que a oferta de serviço se dava por caridade ou cordialidade por parte dos fazendeiros, na verdade o serviço foi oferecido em troca de exaustivas jornadas de trabalho e de salários irrisórios. Para os poderosos locais, a concessão de trabalho nas fazendas e um pedaço de terra para plantio e moradia dos índios funcionava como uma via de mão dupla para mantê-los como força produtiva dentro das propriedades.

³⁴ Embora no início as casas tivessem sido cobertas com palhas, percebeu-se que elas eram muito frágeis, a solução encontrada pelos integrantes dos Ricardo foi começar a produzir as telhas de barro por dois motivos: pela alta durabilidade e por evitar a proliferação de insetos.

³⁵ Entrevista realizada no Barro Vermelho (município de Belém), na residência da entrevistada no dia 11 de janeiro de 2016.

³⁶ Embora os entrevistados tenham evidenciado a presença indígena nas imediações da atual cidade de Belém (a antiga Canudos), fomos buscar informações na prefeitura da cidade no dia 11 de janeiro de 2016 e no dia 20 de fevereiro do mesmo ano. Nas duas visitas que fizemos não fomos recebidos por nenhum funcionário que pudesse nos mostrar a documentação disponível no acervo daquele órgão público. Não logrando êxito na procura das informações, fizemos uma busca na internet, além de sites, encontramos apenas citações que propagam o discurso da presença indígena em Belém no hino da cidade, escrito por Aduino Crescêncio. Essa é mais uma forma de inibir os Xukuru-Kariri, e sobretudo os Kariri como formadores de muitas das cidades alagoanas, como afirma (ANTUNES, 1973, p. 32).

2.2 “Onde nós tiver parente nós vai buscar”³⁷: a compra da Fazenda Canto e realdeamento

O ano de 1952 marcou um dos recomeços dos índios Xukuru-Kariri, pois, a situação vivenciada pelos povos indígenas palmeirenses após a extinção dos aldeamentos em Alagoas era de extrema dificuldade. Na verdade, a política assimilacionista do estado os colocava como seres idílicos, que foram confundidos com a massa da população, deixando, desse modo, de serem indígenas, perdendo desde então a propriedade de suas terras.

Em entrevista realizada pelo antropólogo Clóvis Antunes, o ex. Cacique Alfredo Celestino descreveu que, “[...] os caboclos andavam pelo mundo que nem boiada solta.” (ANTUNES, 1973, p. 75) para caracterizar o contexto dos aldeados após a expulsão. Embora o entrevistado utilize em seu discurso o termo *caboclos*, devemos lembrar que os povos indígenas fizeram uma ressignificação terminológica, passando então a utilizá-lo como uma forma de negar sua identidade e pertencimento étnico frente as perseguições e imposições do estado (SILVA, 2008).

Passados oitenta anos de resistência, dispersão e lutas, estava na hora de reunir os ex-aldeados. Foi nesse clima de tensão e necessidades territoriais que o ex-Cacique Alfredo Celestino solicitou assistência ao Serviço de Proteção aos Índios. Foram então mobilizadas forças junto ao pároco da cidade de Bom Conselho – PE, o Monsenhor Alfredo Dâmaso.

Além do Monsenhor Alfredo Dâmaso a ajuda financeira de índios do Paraná foi de suma importância para o aldeamento dos Xukuru-Kariri. Foi através daquele dinheiro que os indígenas puderam negociar uma área para o realdeamento. Embora tenha havido um superfaturamento nos terrenos, o dinheiro foi suficiente para adquiri-los.

Tendo seu pedido aceito³⁸ pelo inspetor do citado órgão que à época era representado na pessoa de Iridiano Santos, Alfredo Celestino começou a procurar um local para adquirir e poder assentar os dispersados, uma vez que as terras

³⁷ Fragmento de entrevista concedida pelo índio Francisco Ricardo da Silva realizada na aldeia Fazenda Canto (município de Palmeira dos Índios), na residência do entrevistado no dia 08 de maio 2017.

³⁸ Ver: (ANTUNES, 1973)

seriam adquiridas pelo Estado por meio de compra, ao contrário dos processos de retomadas territoriais que aconteceram posteriormente a aquisição da Aldeia Fazenda Canto.

Através de uma série de negociações estabelecidas a partir da atuação do SPI, escolheu-se uma parte da fazenda do então latifundiário e posseiro Juca Sampaio, ao que tudo indica, e nos amparando nas entrevistas realizadas, as propriedades do citado político local eram imensas, embora ocupassem uma vasta área indígena.

Longe do sentido de bondade do SPI – órgão que representava o governo federal - para com os índios Xukuru-Kariri, estava uma negociação que colocava o ex-político local numa situação privilegiada, pois, além de as propriedades terem sido compradas com um alto valor mercadológico, encontravam-se malconservadas³⁹.

Além disso, houve um imbróglio no repasse das terras para os índios, pois, dos 372 ha adquiridos, apenas 276 foram entregues as treze famílias Xukuru-Kariri recém aldeadas (MARTINS, 1994, p. 34), fato que explica a gestação de situações de necessidades territoriais e materiais para subsistência devido ao aumento demográfico verificado ao longo dos anos.

O desfecho dos trâmites entre o Estado – representado pelo SPI – e o latifundiário Juca Sampaio apresenta a verdadeira intenção de instalação do órgão indigenista no agreste alagoano. Na verdade, ao invés de atender à reivindicação dos indígenas que estavam dispersos o SPI adquiriu verdadeiros campos incultiváveis, a princípio, para favorecer o ex-proprietário das terras da aldeia. Por outro lado, perceberemos que os indígenas elaboraram as mais variadas estratégias para manterem relações com o Serviço de Proteção aos Índios, neste caso, por meio do Posto Indígena Irineu dos Santos.

³⁹ Além de estarem em péssimo estado de conservação, alguns equipamentos eram extremamente importantes para a manutenção do Posto Indígena. Por meio de consulta à documentação do Museu do Índio (Rio de Janeiro), pudemos notar que haviam inúmeros pedidos dos indígenas por enxadas e outros utensílios do labor agrícola, em alguns documentos requisitava-se mais extensões territoriais, ao que tudo indica terem ocorrido em virtude do crescimento demográfico na localidade. Em outra análise documental, percebemos que a todo tempo era requisitada pelos indígenas, por meio de memorandos, uma máquina de datilografar para facilitar a digitação de documentos diversos. O Museu do Índio (Rio de Janeiro) disponibilizou toda a documentação referente ao Posto Indígena Irineu dos Santos, que se encontra digitalizada no formato pdf em sete planilhas. Uma documentação composta, sobretudo por memorandos, frequências escolares e cartas.

Veremos no próximo capítulo os primeiros anos de vivência no novo local de fixação, destacaremos também as estratégias utilizadas pelos Xukuru-Kariri para manterem-se aldeados no Posto Indígena, mesmo em meio a tantas adversidades impostas pela sociedade envolvente, pela distância entre o local de fixação e a cidade, pela política tutelar do SPI, pelas terras descuidadas e pelos problemas entre os aldeados e os políticos locais.

Traremos também à baila as necessidades enfrentadas pelos aldeados em épocas de fixação e, posteriormente os processos de demarcações territoriais que se encontram estagnados, sobretudo em virtude de uma política oligárquica que impera no nosso estado, marcado pelas práticas coronelistas e pelos crimes de mando, os quais atingiram também famílias indígenas.

CAPÍTULO III

“AÍ A GENTE VEIO DE LÁ PRA CÁ, NOSSA HISTÓRIA É ASSIM”⁴⁰: Do realdeamento à gestão de necessidades territoriais

Depois de negociada, a área de assentamento dos indígenas logo serviu de espaço para Alfredo Celestino procurar e selecionar as famílias que retornariam para o recém aldeamento. Há uma controvérsia em torno do ‘convite’ feito por ele para as famílias que estavam dispersas pelos entornos de Palmeira dos Índios e região. O livro *Aldeando Sentidos: os Xukuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no Agreste alagoano*, de autoria do historiador Aldemir Barros, nos revela algumas informações acerca do retorno populacional e da formação da aldeia Fazenda Canto em 1952.

Decerto, ao cruzar as fontes percebemos que existe uma controvérsia em relação ao pedido de retorno feito por Alfredo Celestino em 1952. Segundo Aldemir Barros (2013)⁴¹, não ficaram claros os critérios utilizados pelo ex-Cacique para eleger as famílias merecedoras do retorno e do aldeamento, para ele, houve uma grande liberdade por parte de Alfredo Celestino, como endossa

De acordo com o Pajé Miguel Celestino, aldeado da Fazenda Canto, Alfredo teve a liberdade de convocar os índios que ele considerasse merecedores para se apresentarem quando da realização do levantamento *oficial* executado por um inspetor do SPI. (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 74).

Segundo a citação, somente os indígenas considerados “merecedores” poderiam retornar para as terras das quais foram expulsos oitenta anos antes do recomeço, embora haja um equívoco em relação aos métodos utilizados pelo ex-

⁴⁰ Fragmento de entrevista concedida pelo índio Francisco Ricardo realizada na aldeia Fazenda Canto (município de Palmeira dos Índios), na residência do entrevistado no dia 17 de novembro de 2015.

⁴¹ O livro *Aldeando Sentidos: os Xukuru-Kariri e o Serviço de proteção aos índios no Agreste Alagoano*, de autoria do historiador Aldemir Barros lança luz sobre os vários sentidos envolvendo os indígenas e o estabelecimento na aldeia Fazenda Canto, deixando clara a atuação do órgão indigenista SPI na tutela dos aldeados. Outro ponto frisado pelo autor é o ponto de tensão gerado entre os latifundiários e os indígenas que era a terra, segundo ele a terra gestava vários sentidos, para o índio o sentimento de pertença, para o político local, o senhor Juca Sampaio, era fonte de lucro pelo alto valor que recebeu ao vender os territórios que constituirão a recém aldeia.

Cacique para classificar os merecedores do retorno a Palmeira dos Índios. Conforme Aldemir Barros

Decerto Alfredo Celestino utilizou algum critério para realizar este trabalho, mas estes não estão claros no depoimento de Miguel Celestino, nem tampouco constam na documentação consultada. (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 74).

Embora a citação não deixe claro os “critérios” utilizados para pedir o retorno de algumas famílias indígenas, o senhor Antonio Ricardo⁴² evidencia a metodologia utilizada pelo ex-Cacique para selecionar as famílias que inicialmente formaram a Aldeia Fazenda Canto, segundo sua fala, havia um clima de desespero por parte do líder político Xukuru-Kariri para habitar o local onde seria criada a aldeia, para ele, Alfredo Celestino

Ai o finado Alfredo disse: eu tô pensando que um dia vão me passar, mas eu como índio, eu tenho que deixar, eu vou me passar um dia, mas eu vou deixar um pouco do meu sangue junto pro povo. Sabe o que eu vou fazer? Eu vou agarrar uma caneta e vou agarrar um caderno grande e vou sair viajando por aí, aonde tiver, nessa periferia aonde tiver índio eu vou baixar pra nós arrumar um terreno.

De acordo com o discurso do atual Cacique⁴³ da aldeia Fazenda Canto, o senhor Antonio Ricardo, a procura dos indígenas empreendida por Alfredo Celestino antecedeu a aquisição do terreno que hoje se configura como Fazenda Canto, o que gera uma afirmação étnica e outra controvérsia, pelo fato dele ter convidado as famílias antes da negociação do terreno. Silva Júnior (2013) ainda segue em seu texto dizendo que “é possível a hipótese de que ele tenha convocado apenas as famílias que o apoiavam, havendo assim uma seleção dos índios a serem aldeados, feita por representante de um grupo Xukuru-Kariri legitimado pelo Estado.” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 74).

Percebe-se então que não há um consenso na historiografia produzida acerca do aldeamento e a entrevista concedida pelo Seu Antonio Ricardo. Embora os

⁴² Entrevista realizada na aldeia Fazenda Canto (município de Palmeira dos Índios), na residência do entrevistado no dia 24 de setembro de 2017.

⁴³ Atualmente o senhor Antonio Ricardo ocupa a posição de Cacique na aldeia Fazenda Canto, uma espécie de líder político responsável pelo direcionamento das lutas indígenas em prol da conquista de bens necessários para a subsistência e fortalecimento étnico.

critérios utilizados pelo ex. Cacique Alfredo Celestino para selecionar os indígenas dispersos merecedores de fazerem parte do aldeamento sejam vários e contraditórios, é certo que a família Ricardo foi uma das agraciadas pelo convite de retorno, inclusive sendo a segunda a se estabelecer na localidade Como endossa Silvia Martins

- de Belém (atual distrito de Quebrângulo, antigamente denominado de "Canudos", vizinho a Palmeira) vieram as famílias **Sátiro** (ou "Satile"), **Ricardo**, e também a **Aleixo** (de uma localidade próxima).
- do município de Anadia (em Alagoas) vieram as famílias Firmino e Martins.
- de áreas originárias da Zona da Mata, a família Cosmo.
- das localidades no município de Palmeira dos Índios:
 - "Caraíba Dantas": família **Ferreira de Lima]**
 - "Candará": família **Monteiro**
 - "Mandacaru": família **Salustiano** (ou Macáro)
 - "Cafurna de Baixo": **Conceição** e Mourição
 - "Cafurna": **Celestino** e **Santana** (MARTINS, 1994, p. 35)

Nesse sentido, todo o começo vivenciado pelo grupo Xukuru-Kariri foi protagonizado também pelos Ricardo, que estão presentes na aldeia desde o ano de sua fundação até os dias atuais, enfrentando as adversidades impostas pelo Estado e pelos grileiros da região, inclusive ocupando cargos representativos dentro da aldeia como o de Cacique, que atualmente é exercido por um integrante da família, o senhor Antonio Ricardo.

Portanto, todos os processos de estabelecimento na região, bem como as estratégias utilizadas pelo grupo para se manter aldeado e fortalecer sua identidade étnica tem participação ativa da família estudada nesta monografia, dado o tempo de estabelecimento na região, neste caso, o processo de aldeamento foi particular para cada família, já que se deu de forma gradativa, logo, a família Ricardo foi a segunda a se estabelecer e uma das poucas a resistir aos processos de usurpação empreendidos pelo Estado e pelos latifundiários, os donos do poder e da mídia local.

3.1 Aldeando-se na Fazenda Canto: o caso dos Ricardo

Uma vez adquirida a propriedade e pensada a maneira de aldear as populações que estavam dispersas, o ex-Cacique Alfredo Celestino estabeleceu uma série de contatos e alianças com essas famílias. Foi nesse entreposto que,

segundo os entrevistados, o ex-líder político Xukuru-Kariri fez o convite a família Ricardo para fundar a aldeia Fazenda Canto.

Então, segundo Francisco Ricardo, o retorno as terras do *antigo aldeamento da Palmeira* (ANTUNES, 1973) se deu no mesmo ano da aquisição da propriedade pelo SPI, ou seja, em 1952. Ainda segundo o entrevistado, a volta para Palmeira dos Índios representava naquele momento uma forma de se reafirmarem enquanto grupo étnico, ao lembrar-se que o Toré era tocado em caixas de fósforo em épocas passadas (SILVA JÚNIOR, 2013).

Silva Júnior (2013) lançou luz do duplo sentido do aldeamento em Palmeira dos Índios no ano de 1952. Para os indígenas representava uma maneira de afirmarem-se enquanto grupo étnico e continuarem firmes na luta pelo reconhecimento enquanto povo, para o Estado, era uma forma de tutelá-los através da instalação de postos indígenas chefiados pelo SPI, no caso de Palmeira dos Índios a tutela era exercida pelo posto Irineu dos Santos, conforme aponta documentação consultada do Museu do Índio - Rio de Janeiro.

Embora o aldeamento acene para um duplo sentido por parte dos envolvidos, é fato que representou um ponto de esperança para muitos dos indígenas que formaram a localidade, como é o caso do seu Francisco Ricardo. E aos poucos os escolhidos por Alfredo Celestino foram se agrupando na recém aldeia e ajudando a configurar a localidade.

A senhora Josefa Flor⁴⁴, tratando da ida da família estudada para a aldeia Fazenda Canto nos contou alguns “dados marginais” (GINZBURG, 1989) acerca da partida, aqueles dados que são esquecidos ou negligenciados pela historiografia oficial, segundo ela, a decisão de partida se deu pelo fato da família residir em terras alheias, ou seja, morando nas propriedades de latifundiários da antiga vila de Canudos. Segundo a entrevistada

⁴⁴ Entrevista realizada no Barro Vermelho (município de Belém), na residência da entrevistada no dia 11 de janeiro de 2016, na ocasião tratávamos do processo de estabelecimento da família estudada na antiga Vila de Canudos e em todo o histórico de lutas para manterem o estabelecimento na região. Por conseguinte, a entrevistada lançou luz do período de aquisição da aldeia Fazenda Canto e dos tramites que fizeram com que a família Ricardo migrasse para a nova moradia.

Os índios afrouxou um terreno pra lá [...] pra cada cal fazer as suas casas lá na aldeia dos Caboclos, na Fazenda Canto [...] já eram índios, já eram caboclos [...] saía de pouco a pouco, o primeiro que saiu pra lá foi o cumpade Antonio Ricardo, irmão do cumpade Zé Ricardo, pra puder os outros saírem de pouco a pouco. Era fazendo [...] aquelas casinhas, como a minha irmã, mãe do Ciço, a casinha dela... Meu Deus, era bem miudinha.

Conforme descrito por dona Josefa Flor, a partida para Palmeira dos Índios se deu de forma lenta e contínua, ao que tudo indica ter havido uma série de dificuldades em relação ao processo de fixação no novo espaço de morada, para custear um transporte alugado em virtude da falta de recursos financeiros. Para complementar as palavras da entrevistada utilizaremos partes das entrevistas realizadas com outros integrantes da família estudada, a fim de compreender o sentido do passado (HOBSBAWN 1998), pois

[...] concordamos todos que a impossibilidade de restabelecer o vivido é coisa dada. Não existe filme sem cortes, edições, mudanças de cenário. Como em um filme, a entrevista nos revela pedaços do passado, encadeados em um sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito. Através desses pedaços temos a sensação de que o passado está presente. A memória, já se disse, é a presença do passado. (ALBERTI, 2004, p.15)

A partir dos pressupostos de (ALBERTI, 2004), que não se pode reestabelecer o passado em sua totalidade, recorreremos então ao uso das falas de entrevistados para dar voz aos que por muito tempo foram silenciados pela historiografia clássica, neste sentido, haverá a partir de então um iminente uso de entrevistas para produzir um conhecimento histórico preocupado com o protagonismo dos indígenas Xukuru-Kariri.

Para alguns dos indígenas entrevistados a ida para as terras recém adquiridas renovava a esperança de dias melhores, ao lembrarem-se dos momentos de exploração vivenciados dentro das propriedades de poderosos locais e até mesmo trabalhando de forma subalterna das mais variadas maneiras. Para eles, foram inúmeras as vezes em que estiveram nas mãos de latifundiários das regiões de estabelecimento pós extinção dos aldeamentos em Alagoas. Segundo o senhor Antonio Ricardo⁴⁵ da aldeia Fazenda Canto

⁴⁵ Entrevista realizada na aldeia Fazenda Canto (município de Palmeira dos Índios), na residência do entrevistado no dia 24 de setembro de 2017.

Trabalhava que recebia, aí teve um desgaste da gente, teve um dismantelo, assim, eu não vi não mas contam, que papai também, tio Zé eram dois homens trabalhador, aí tinha um Tintino que mora para aqueles lados, e autorizou, disse que vocês tem tantos dias de condução, tem três dias pra vocês e pode laigar a foice e rasgar terra que quando o velho se estremeceu olhou tava papai e tio Zé, três homens trabalhador, pra trabalhar nada nada, no baixo, quinze tarefas ou mais de roça. Ai laigaram a gerimun, algodão, feijão, milho, que quando o homem viu, ai foi e disse: de hoje a trinta dias eu quero a área desocupada. Mas como? Mandioca, macaxeira, os homens eram trabalhador. Disse: ou tira de um jeito ou de outro. No dia se não tirar, eu mando o vaqueiro botar o gado, isso aconteceu.

Nas palavras do atual Cacique da aldeia Fazenda Canto, a prática de pisotear as plantações dos índios com o gado era corriqueira. Os latifundiários cediam os territórios para os indígenas plantarem em troca de mão-de-obra barata, e mesmo antes da colheita soltavam o gado nas áreas cultivadas como uma forma de demonstrar soberania e de obrigar a permanência dos inquilinos nas propriedades cedidas.

Ao narrar sobre as memórias dos índios Xukuru da Serra de Ororubá, o historiador Edson Silva chama atenção para a invasão das terras indígenas por parte dos grileiros, que inconformados com a extensão de suas propriedades praticavam esbulhos territoriais com as comunidades tradicionais de Pesqueira - Pernambuco. Segundo o autor, o avanço das terras dos agropecuários se dava em prol do aumento da produção de bovinos e a plantação de fruteiras para alimentar as fábricas de doces da região. O interessante é que a invasão das plantações indígenas pelo gado dos fazendeiros não era um caso particular de Alagoas, segundo ele, a prática também era recorrente em Pernambuco, embora as terras fossem dos Xukuru

Pelas afirmações do sertanista e diante da situação de acesso às terras, podemos concluir que o cultivo da lavoura da mandioca não interessava aos fazendeiros, que arrendavam as terras por eles invadidas em troca do plantio do capim ou do restolho da colheita da roça para o gado. Muitas vezes os animais eram colocados dentro da área plantada ainda sendo colhida pelos índios. (SILVA, 2008, p.196)

Neste caso, vemos que o sentido do retorno para os Xukuru-Kariri se dava com um sentimento de pertença e a partir da necessidade de se ter espaços para plantar e colher sem temer aos ataques da elite. Essa realização, segundo os entrevistados era enxergada na figura dos SPI, embora fosse um órgão ambíguo,

que atendia a algumas necessidades dos índios desaldeados e em contrapartida exercia uma tutela em relação às populações aldeadas nos postos indígenas.

3.2 Aldeados na Fazenda Canto: dificuldades à vista

Depois de definido o território, as famílias recém aldeadas encontraram inúmeros problemas decorrentes do descuido percebido nas terras da aldeia. Era latente, segundo as entrevistas, a falta de limpeza e manutenção do território, o que rendeu um bom trabalho para os indígenas que tiveram que limpá-las e criar campos de cultivo. Segundo eles, imperavam na localidade práticas agropecuárias por parte do ex-proprietário, o senhor Juca Sampaio, o que dificultava a implementação de cultivo de subsistência pelos aldeados. O Cacique da aldeia estudada, o senhor Antonio Ricardo, lançou luz do descuido e das dificuldades encontradas na região do recém aldeamento, segundo ele

Aqui era propriedade que foi de diversas pessoas, mas quando nós chegamos aqui, quem era o dono que eles [...] os índios, todos cheios de direito, que tem terra de graça. De graça? Aqui foi luta, aqui foi compra, foi comprado ao próprio governo Juca Sampaio. Aqui as casas que tinha aqui era sete chalezinhos, pequeninhos, quem dormia dentro era o gado, ninguém, quando eu cheguei aqui em 52 não tinha ninguém aqui, quem botou os pés aqui [...] quem fundou foi eu e a Marinita, ela tá viva ainda para provar isso, na Quixaba, na aldeia Quixaba, prima minha. Aí entregaram um jumentinho e ela para levar ela até a igreja tinha a casa [...] ganhou uma casa dessa, um chalé desses, nós era tão grande que eles não deram nem a chave para nós abrimos, chegamos em tempo de verão, era derrubando os outros, as moitas, nós pés da parede, voltando, cheguei aqui seis e meia da noite, cheguei três e meia e voltei quando foi umas seis e meia da noite que foi claro de lua nós chegamos na casa de meu avô.

E ainda complementa suas palavras ao tratar de algumas dificuldades encontradas na região recém aldeada a época do estabelecimento, afirmando que

Só faltaram morrer de fome, eu mesmo que sou de ontem só faltei morrer de fome. No dia de sábado nesse tempo era um cafezal nessas serras e jaca, no dia de sábado era aquela caroçeira, ia um meio mundo de gente, uns com mochilas outros com sacos para juntar caroço de jaca para cozinhar e botar sal para descascar e comer. Eu não tenho cerimônia de contar não.

A fome fazia parte do cotidiano dos aldeados, segundo o senhor Francisco Ricardo a distribuição de alimentos dentro da comunidade só aconteceu depois de alguns anos de estabelecimento na região. Segundo ele foi um padre conhecido como Ludugero que começou a retaliar os alimentos dentro de uma cooperativa criada pelo mesmo padre, Francisco Ricardo brincou dizendo ter ganhado uma calça do religioso que durou anos de uso intenso e não se rasgou.

A partir das entrevistas apresentadas percebemos que a aldeia Fazenda Canto não forneceu tudo que os indígenas precisavam para aldeá-la, pelo contrário, foram evidenciados inúmeros problemas em virtude da negligência por parte do antigo proprietário. A falta de alimentos não era a única preocupação dos novos moradores, somava-se a outras urgências que faziam parte do cotidiano dos indígenas naquele momento.

Somado a todo o histórico de dificuldades temos também a construção de novas moradias. Em virtude da situação financeira na qual se encontravam as novas casas continuaram sendo erguidas em taipa (técnica de construção que se atem do barro e de varas como elementos primordiais) conforme descrito por dona Maria da Conceição⁴⁶ na passagem a seguir

Na época as casas era tudo de taipa. Tinha casas que não era em alvenaria, era feita de barro com pau né? Pau a pique, fazia aquelas casa, cavava barreiros e tapava com barro e muitas coberta de palha e outra eles tinha uma parte de gente que ba... fazia telha aqui na beira do riacho.

No começo as casas eram pequenas e poucas, na maioria das vezes contendo apenas um pequeno quarto, uma sala, um *fogão de lenha* que ficava localizado no terreiro das casas e um terreno que poderia ser utilizado para o plantio, sobretudo de tubérculos, de grãos e de bananeiras. As condições de vida são descritas por D. Maria da Conceição ao relatar que

Na época era tudo mais difíci, porque não existia trabalho, muitos vivia da agricultura. Plantava mandioca, plantava a lavoura e quando dava pra vender, vendia alguma parte...outros trabalhava nos vizinho nos alu...assim nos alugado, nos é arredor. Nos branco lá fora!

⁴⁶ Entrevista realizada na aldeia Fazenda Canto (município de Palmeira dos Índios), na residência da entrevistada no dia 20 de dezembro de 2015.

Na entrevista, dona Maria Conceição apresentou outros fatos do cotidiano em épocas de assentamento na aldeia, conforme descrito a seguir

Naquela época não tinha energia, né? A gente usava o querosene. [...] A lamparina né? E quando faltava o gás né? A gente pisava; a minha mãe, minha sogra pisava mamona com algodão e fazia aqueles pavio né? E rudiava ne uma... num prato ou num pire e tocava fogo e queimava a noite toda.

A ausência de energia elétrica nos primeiros anos da comunidade dificultava a vida dos aldeados. De tal modo, que tinham de fazer suas lamparinas utilizando o óleo encontrado nas sementes de mamona para as iluminar. Nessa conjuntura, entendemos que “o meio não determina os costumes de uma sociedade, mas lhe impõe certas limitações.” (MELATTI, 1980, p. 60). Embora fossem limitados fisicamente, usaram sua criatividade para manterem-se aldeados em meio as dificuldades.

De acordo com dona Maria da Conceição, a energia elétrica só foi introduzida por intermédio de um padre chamado Ludugero

Foi um pade chamado padre Ludugero, convivia aqui com us indio e eu não sei como ele conseguiu a inergia; primeiro era quatro poste lá naquela igreja né? Lá em cima, aí começou lá e ...foi ele! Que conseguiu colocar a eletricidade aqui: Padre Ludugero!

Nas narrativas dos indígenas acerca do cotidiano da aldeia em meados de 1952 percebemos a grande influência exercida pelo Padre Ludugero na ajuda e no fortalecimento da comunidade, é evidente que o sentido do auxílio se dava em troca da conversão dos aldeados ao catolicismo, neste sentido, a imparcialidade deve ser deixada um pouco de lado para entender-se as relações entre a igreja representada pelo pároco e a aldeia recém aldeada.

3.3 O surgimento de necessidades territoriais

Com o espaço reduzido e o crescimento populacional acelerado foi necessário retomar parte de uma área que em 1979 estava sob posse da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. A retomada foi planejada sob a liderança do Pajé Miguel Celestino e do Cacique Manoel Celestino (MOREIRA, PEIXOTO, SILVA, 2010). Naquele momento, as terras do antigo aldeamento “Palmeira” (ANTUNES,

1973) estavam sob controle de grileiros municipais, que pretendiam comprá-las assim que a Prefeitura as colocasse para a venda.

Inicialmente, cinco famílias alojaram-se na área sem temer as represálias do estado e dos grileiros. Abrigaram-se debaixo de uma jaqueira e somente continuaram no local porque receberam barracões doados pelo Exército. Dentre as cinco famílias que inicialmente habitaram a Mata da Cafurna, a família Santana exerceu importante papel, na medida em que uma integrante chamada Tânia migrou da Aldeia Fazenda Canto para a aldeia Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio) e acabou se relacionando com Lenoir Tibiriçá⁴⁷.

Como as retomadas territoriais em Palmeira dos Índios foram gestadas a partir de necessidades territoriais; o primeiro destes processos aconteceu em 1979, organizado pela família Santana que migrou da Aldeia Fazenda Canto e fundou a Aldeia Mata da Cafurna. Os indígenas na Mata da Cafurna realizaram mais uma retomada em 1986, recuperando 154 hectares que estavam sob posse do latifundiário Everaldo Garrote (MOREIRA, PEIXOTO, SILVA, 2010).

Em 1994⁴⁸ foram retomados 154 hectares em uma área denominada Mata da Jiboia, território ocupado pelo grileiro Hélio Alves. Nessa retomada os Xukuru-Kariri da Mata da Cafurna contaram com o apoio de seus pares da Fazenda Canto, dos Kariri-Xocó de Porto Real do Colégio, dos Tingui-Botó de Feira Grande ambos em Alagoas, dos Pankararu e dos Xukuru de Ororubá habitantes em Pernambuco.

Esse processo resultou em pressões para reconhecimento de mais três territórios por parte da FUNAI, sendo criada a Aldeia Boqueirão e a Aldeia Serra do Capela, esta última constituída pela família Celestino que migrou da Mata da Cafurna. Mais uma recuperação territorial foi realizada por jovens indígenas vindos Mata da Cafurna em 2008, sob a liderança do índio Tanawy, atual Pajé da Aldeia.

Em 2016 um grupo de índios da família Macário realizou uma nova retomada territorial na área conhecida como Fazenda Jarra, constituindo uma aldeia com o mesmo nome da Fazenda. Os processos migratórios dessa família ocorreram quando saíram da Aldeia Fazenda Canto em 1997 e começaram a viver nos

⁴⁷Lenoir Tibiriçá tem parentesco Pankararu (Tacaratu/PE) e Kariri-Xocó. Em 1979 chegou a Aldeia Fazenda Canto, em um romance com Tânia, índia Xukuru-Kariri. Em 1990, foi eleito Pajé na Aldeia Mata da Cafurna.

⁴⁸ Boa parte das informações abordadas neste texto são provenientes do livro *Mata da Cafurna: Ouvir memórias, contar histórias* (2010).

entornos da cidade de Palmeira dos Índios. Reivindicaram à FUNAI a aquisição de uma área, mas como não foram atendidos, retomaram o território onde permanecem vivendo e ressignificando sua cultura.

Neste sentido, percebemos que a aquisição da aldeia Fazenda Canto e a resistência de seus moradores, inclusive da família Ricardo rendeu bons frutos, ao sabermos que todos os territórios conquistados pelos Xukuru-Kariri depois de 1952 se deram a partir da Fazenda Canto, tem-se essa aldeia como ponto fundante para se entender o protagonismo das famílias indígenas na busca pelo reconhecimento étnico e devolução de suas terras, embora a historiografia oficial os coloque como seres idílicos, fadados a extinção.

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas no cotidiano, os Xukuru-Kariri foram mantidos à margem da história e não eram considerados por sua essência, rotulados como “misturados”, subalternos e outros adjetivos pejorativos foram silenciados pela historiografia, tendo como ponto de visibilidade uma nova escrita da história pautada na história oral. Assim entendemos

“[...] é preciso saber respeitar três fidelidades à inspiração original: ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades “indescritíveis”, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono.” (JOUTARD, 2000, p. 33)

Assim, nos preocupamos com uma nova escrita da história, que dá voz para aqueles que sempre foram negados, mesmo sendo os verdadeiros donos da terra: os índios. Nos dias de hoje a aldeia Fazenda Canto apresenta uma quantidade de habitantes relativamente alta, se levado em consideração o pequeno espaço que possuem.

Boa parte dos moradores da aldeia são oriundos da família Ricardo, cujas lideranças estiveram envolvidas nas reivindicações pelos direitos a terras que um dia pertenceram a eles. O senhor Francisco Ricardo⁴⁹, um dos anciãos da família confirma o crescimento populacional dizendo que

⁴⁹ Fragmento de entrevista concedida pelo índio Francisco Ricardo realizada na aldeia Fazenda Canto (município de Palmeira dos Índios), na residência do entrevistado no dia 17 de novembro de 2015.

E até hoje nós estamos aqui, é, eu acredito que a nossa população eu tô acreditando que já chega mil, já passa de mil pessoa né?! É mil e duzentos, mil e trezentos, eu tô pensando isso né?! Então é um lugar bom de se viver. Existe muita gente boa aqui né?!

E ainda complementa que “Palmeira dos Índio não é Palmeira dos Índio sem isso aqui, isso aqui também não é aldeia Xukurus sem Palmeira dos Índios, as duas precisa uma das outras né?!” Essa afirmativa compreende a relação do índio com o não índio como uma simbiose. Uma conexão que é, ao mesmo tempo, repulsão e dependência histórica, pois partimos da premissa de uma história total e não de histórias em separado.

A identidade do lugar só existe e se solidifica na totalidade das populações e culturas ali existentes, estabelecendo formas singulares de se relacionarem e identificarem-se como indígenas. A religião tradicional é um ponto de singularidade e de afirmação dentro da aldeia, embora o sincretismo tenha feito modelagens na crença desse povo, a religião de seus antepassados serve como ponto de união e fortalecimento identitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo dos processos de migração territorial estudados sobre os Xukuru-Kariri em épocas distintas, esta pesquisa buscou levantar questões e emblemas acerca dos processos de desaldeamento em 1872 e aldeamento em 1952, trazendo à baila uma série de questionamentos acerca dos dois acontecimentos históricos estudados e na gestação de necessidades territoriais após estabelecimento na aldeia Fazenda Canto.

Ficaram evidentes os embates travados entre os indígenas e os posseiros da região em função da ocupação das terras indígenas por parte da elite, partindo da premissa de assimilação indígena, atribuindo-os o termo caboclo para negar-lhes o acesso as terras que são suas constitucionalmente. Neste sentido, o uso de mecanismos legitimados pelo Estado apresentou-se como uma medida de abafar o movimento e as inúmeras culturas indígenas existentes no município.

Percebemos então que o ano de 1872 é fundamental para entendermos o esbulho territorial indígena em Palmeira dos Índios, uma data que marca a dispersão de inúmeras famílias pelos territórios do município e região, entendida pelos índios não apenas como um evento histórico de levante da elite e detrimento das populações tradicionais, mas como um símbolo de resistência frente as imposições do Estado, representado pelos latifundiários, usurpadores dos territórios tradicionais indígenas.

O período em que estiveram à mercê do julgo de fazendeiros, exercendo trabalhos de vaqueiro não os deixou desanimar, pelo contrário, acendeu uma chama de reivindicação, resistência e protagonismo, ao perceberem o fortalecimento identitário e étnico. Foram épocas em que a união fortaleceu os laços indígenas e a religião tradicional também ajudou nesta empreitada.

Percebemos também como houve a constituição da aldeia Fazenda Canto em 1952, entendendo, neste caso, as negociações entre o senhor Juca Sampaio e o SPI para a aquisição da área que forma a localidade. É importante salientar a participação do ex-Cacique Alfredo Celestino no pedido de assistência feito ao órgão indigenista da época e no convite a treze famílias que estavam desaldeadas para povoar a região.

Os sentidos do convite feitos pelo ex-líder da comunidade foram levantados para mostrar os dois lados da moeda e não somente colocar os indígenas como

coitados que inocentemente tiveram um pedaço de terra para chamarem de seu. Os inúmeros significados do aldeamento nos mostraram que a benevolência do SPI na verdade era transfigurada para a tutela exercida por ele em cima das populações indígenas.

Mostramos ainda o protagonismo das famílias Xukuru-Kariri a época de 1952 analisando a trajetória de uma família no desfecho dos acontecimentos, partimos do micro para explicar o macro, partimos da família Ricardo para mostrar como os processos estudados afetaram o povo Xukuru-Kariri, sempre evidenciando o histórico de lutas e o protagonismo desse povo entre a ida e a volta aos seus legítimos territórios.

Neste caso, os estudos apresentados nesta monografia partiram do estudo dos outros, no plural, percebendo suas singularidades e mostrando uma heterogeneidade de manifestações culturais e identitárias de um mesmo povo, os Xukuru-Kariri, sempre elucidando a participação indígena na constituição de suas histórias, permeadas pela luta em torno da posse de seus territórios tradicionais.

Neste aspecto, pesquisar os dois processos de migração Xukuru-Kariri é analisar um amplo contexto de negação, espoliação e ressurgência, em virtude da construção de uma memória oficial do município, que coloca os índios como seres do passado, fadados a extinção em virtude dos processos de miscigenação racial, usando, geralmente o rádio (maior mídia local) como uma forma de negar a identidade e o protagonismo indígena.

Ao contrário, o trabalho se propôs a contribuir para pensarmos os indígenas palmeirenses como protagonistas, que saíram do anonimato e estão em constante processo de emergência étnica, reconquistando seus territórios tradicionais e dizendo não aos desejos de usurpação territorial por parte da elite do município. As retomadas territoriais são uma forma inconteste de mostrar que os indígenas continuam firme na luta por igualdade.

Vemos que as pesquisas de campo culminaram em uma produção historiográfica que lançou luz a participação dos entrevistados na constituição desta monografia, dando voz aos silenciados e excluídos pela historiografia tradicional. Evidenciamos a produção de um conhecimento histórico que dê visibilidade aos que por muito tempo foram apresentados como invisíveis pela elite local, os meios de comunicação e o discurso que gira em torno das populações tradicionais palmeirenses. Partimos de uma produção do conhecimento histórico que reconheça

a participação das minorias na construção da história local e nacional, deixando então de evidenciar aqueles tidos como heróis ou os chamados grandes acontecimentos.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- _____. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.
- _____. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). **Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais das Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1999.
- ANTUNES, Clóvis. **Wakona – Kariri- Xukuru: Aspectos Sócio - Antropológicos dos Remanescentes Indígenas de Alagoas**. Maceió: Imprensa Universitária, 1973.
- ARRUTI, José Maurício. **O Reencantamento do mundo: trama histórica e arranjos territoriais Pankararu**. 1v. 296p. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____. **A produção da alteridade: o toré e as conversões missionárias e indígenas**. In: Paula Motero. (Org.). Deus na aldeia - missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, v. 1, p. 381-426.
- BARROS, Ivan. **Etnia tribal Xukuru-Kariri: e a formação de Palmeira dos Índios**. Olinda: Ed. do autor, 2011.
- BEZERRA, Edmundo Cunha Monte. **Migrações Xukuru do Ororubá: Memórias e história (1950-1990)**. Dissertação de mestrado em História. Recife: UFPE, 2012.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. 3. Ed. São Paulo: Editoria Unesp, 2012.
- CONCEIÇÃO, Maria do Amparo da. Entrevista realizada por Cássio Júnio Ferreira da Silva em 20 de dezembro de 2015. Transcrita por Luan Moraes dos Santos. Formato: mp3 Duração: 5min: 14s Palmeira dos Índios/AL: 2015.
- FLOR, Josefa. Entrevista realizada por Adauto Santos da Rocha e Cássio Júnio Ferreira da Silva em 11 de janeiro de 2016. Transcrita por Adauto Santos da Rocha. Formato MPEG-4 (m4a) Duração: 33min: 30s Palmeira dos Índios/AL: 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução; Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou, São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSAWN, Erick. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOUTARD, Philippe. Desafios à História Oral do Século XX. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. FERNANDES, Tania Maria. ALBERTI, Verena (Orgs.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura Um conceito Antropológico**. 14ª edição Jorge Zahar Editora Rio de Janeiro 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato de empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, melanésia. Prefácio de Sir James George Frazer; tradução de Anton P. Carr e Ligia Aparecida Cardieri Mendonça; revisão de Eunice Ribeiro Durham. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. **Os Caminhos da Aldeia...Índios Xucuru-Kariri em Diferentes Contextos Situacionais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Antropologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, 1994.

MELLATI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MONTE, Edmundo; SILVA, Edson. **Índios no Nordeste**: informações sobre os povos indígenas. 2012. <http://indiosnonordeste.com.br/>. Acesso em 19/09/2016.

MONTEIRO, Jhon Manuel. Armas e armadilhas. In, NOVAES, Adauto. (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Thiago Barbosa da. **Mata da Cafurna**: ouvir memória, contar história: tradição e cultura do povo Xucuru-Kariri. 2ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, Abr. 1998, vol.4, no. 1, p.47-77.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. São Paulo: editora da UNESP/Paralelo 15, 2000.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto**: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. João Pessoa: UFPB, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Meridional. São Paulo: Edusc/Anpocs. 2003.

PORTAL da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Disponível em http://www.palmeiradosindios.al.gov.br/Nossa_Cidade. Acesso em 15/06/2016.

_____. **História**. Disponível em <http://www.palmeiradosindios.al.io.org.br/historia>. Acesso em 26/06/2017.

PRESIDÊNCIA da República: Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em 21 de março de 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RICARDO, Antonio. Entrevista realizada por Aduino Santos da Rocha e Cássio Júnio Ferreira da Silva em 24 de setembro de 2017. Transcrita por Aduino Santos da Rocha. Formato MPEG-4 (m4a) Duração: 51min: 46s Palmeira dos Índios/AL: 2017.

SANTOS, Luan Moraes dos. **Alteridade em conflito**: a questão de terras em Palmeira dos Índios. Monografia de graduação em história. Palmeira dos Índios: UNEAL, 2016.

SANTOS, Milton. O retorno do território. IN: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia A. de. SILVEIRA, Maria Laura. **Território**: globalização e fragmentação. 4ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SIGNIFICADO de taipa. Disponível em <https://www.dicio.com.br/taipa/>. Acesso em 03/04/2017.

SILVA, Edson. **História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá**. Campo Grande: Revista *Tellus*, 2007.

SILVA, Edson Hely. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: O caso de Escada – PE (1860 – 1880). Dissertação de mestrado em história. Recife: UFPE, 1995.

_____. **Xucuru**: memórias e histórias dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959 – 1988. Tese de doutorado em história. Campinas: UNICAMP, 2008.

_____. **Aldeia de Escada**: esbulhos de terras e resistência Indígena em Pernambuco no século XIX. In: *Travessia*-Revista do Centro de Estudos Migratórios, São Paulo, nº. 24, 1996, p.44-46).

SILVA, Francisco Ricardo da. Entrevista realizada por Aduino Santos da Rocha e Cássio Júnio Ferreira da Silva em 17 de novembro de 2015. Transcrita por Aduino Santos da Rocha. Formato MPEG-4 (m4a) Duração: 21min: 26s Palmeira dos Índios/AL: 2015.

_____. Entrevista realizada por Aduino Santos da Rocha em 05 de maio de 2017. Transcrita por Aduino Santos da Rocha. Formato MPEG-4 (m4a) Duração: 34min: 21s Palmeira dos Índios/AL: 2017.

_____. Entrevista realizada por Aduino Santos da Rocha e Cássio Júnio Ferreira da Silva em 08 de maio de 2017. Transcrita por Aduino Santos da Rocha. Formato MPEG-4 (m4a) Duração: 01:04:32s Palmeira dos Índios/AL: 2017.

SILVA, Tiago Barbosa da. **Poder sagrado**: A Visibilidade e a projeção da Igreja Católica em Palmeira dos Índios. Monografia de graduação em história. Palmeira dos Índios: UNEAL, 2009.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos**: os Xukuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano. Maceió: EDUFAL, 2013.